



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
Centro de Artes, Humanidades e Letras



Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em
HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA DIÁSPORA E DOS POVOS INDÍGENAS

BÁRBARA SANTANA NOGUEIRA

**NOTÍCIAS DE UM BATUQUE: O JORNAL A TARDE E A
PERSEGUIÇÃO
AOS CANDOMBLÉS EM SALVADOR DE 1912 A 1937.**

CACHOEIRA-BA

2017

BÁRBARA SANTANA NOGUEIRA

**NOTÍCIAS DE UM BATUQUE: O JORNAL A TARDE E A
PERSEGUIÇÃO
AOS CANDOMBLÉS EM SALVADOR DE 1912 A 1937.**

Dissertação apresentada ao Colegiado do Curso do Programa de Pós-Graduação em História da África da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em História da África, na área de Concentração em História da África da Diáspora e dos Povos Indígenas.

Orientador: **Antonio Liberac Cardoso Simões Pires**

CACHOEIRA-BA

2017

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

Nogueira, Bárbara Santana
N778n Notícias de um batuque : o Jornal A Tarde e a perseguição
aos candomblés em Salvador de 1912 a 1937 / Bárbara Santana
Nogueira. – Cachoeira, 2017.
111 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Liberac Cardoso Simões Pires.
Dissertação (mestrado profissional) - Programa de Pós-
Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos
Indígenas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2017.

1. Candomblé - Bahia. 2. Religião afro-brasileira. 3. Cultos
afro-brasileiros. 4. Perseguição policial. 5. Imprensa - Jornal A
Tarde. 6. Jornalismo - História - Bahia. I. Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras.
Programa de Pós-Graduação em História da África, da Diáspora
e dos Povos Indígenas. II. Título. III. Título: O Jornal A Tarde e a
perseguição aos candomblés em Salvador de 1912 a 1937.

CDD: 299.6098142

BÁRBARA SANTANA NOGUEIRA

**NOTÍCIAS DE UM BATUQUE: O JORNAL A TARDE E A
PERSEGUIÇÃO**

AOS CANDOMBLÉS EM SALVADOR DE 1912 A 1937.

Dissertação submetida à avaliação para obtenção do grau de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Aprovada em: 27 de julho de 2017.

Banca Examinadora:

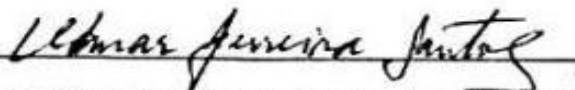


Prof. Dr. Antonio Liberac Cardoso Simões Pires – UFRB

Orientador



Prof. Dr. Emanuel Luís Roque Soares – UFRB



Prof. Ms. Edmar Ferreira Santos – UNEB

CACHOEIRA-BA

2017

À MINHA FAMÍLIA.

A Eleonora Pereira Santos (In memória) meu grande exemplo de ser humano e aos meus pais Maria Helena e Sebastião que colaboraram para tornar-me o que sou, a minha irmã Bianca e a lemanjá por me guiar nessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me guiou a todo tempo, a meus amados pais Maria Helena e Sebastião, essenciais à minha formação pessoal e profissional, que me ensinaram a caminhar e me deram as ferramentas para seguir em caminhada, e a minha Irmã Bianca.

Não poderia deixar de agradecer de modo especial a Meire Reis, minha professora e orientadora durante a graduação e quem me orientou na elaboração do projeto de mestrado. E, a Lucas Campos, grande amigo que me incentivou a fazer a seleção de mestrado da UFRB.

Agradecer a toda a minha família, amigos e aos colegas de trabalho e alunos do Colégio Estadual Polivalente de Aratu (Simões Filho) pela paciência e compreensão nas minhas ausências durante as participações em eventos. Agradeço a todas as pessoas que ao longo desses dois anos e meio contribuíram de alguma forma para que pudesse estar aqui. Em especial, aos meus amigos de curso Tamires Costa, Jadson Santos, Paula Libence, Marcos Cajé, Willys Bezerra e Menderson Bulcão, pessoas que caminharam junto comigo e foram fundamentais nesse processo, a Kelly Leal que se tornou uma grande amiga ao longo dessa caminhada e a Miguel Assunção por todo apoio durante as pesquisas e por ter me indicado para realizar uma palestra no IGHB - um momento de grande realização pessoal.

Agradeço ainda aos funcionários da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e do Arquivo Público do Estado da Bahia pela disposição em ajudar.

Ao programa de mestrado, a todos os professores, à coordenação nas pessoas de Rosy de Oliveira, Cláudio Orlando Costa do Nascimento e Fabiana Comerlato e à secretária na figura de Patrícia Ramos Conceição, Moisés Bonniek e de Cláudia Dórea, ambos em momentos diferentes, não mediram esforços em

ajudar e tirar nossas dúvidas. E de maneira muito especial ao meu Orientador Antonio Liberac Cardoso Simões Pires.

Agradecer e agradecer sempre, pois essa conquista não é só minha.

“Se eles querem nos destruir, eles que destruam a natureza, porque enquanto houver um riacho de água limpa, uma pedra, uma encruzilhada de terra, ar e fogo, nós continuaremos existindo.”

Pai Sidnei de Xangô

RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo principal apresentar e analisar o posicionamento do periódico soteropolitano A Tarde frente à repressão à prática do candomblé, em Salvador, no período que compreende os anos de 1912 a 1937. Realizaremos análise de conteúdo de edições do jornal, processos crime e de literatura que versam sobre a perseguição e a prática religiosa de matriz africana na cidade no período supracitado. Essa pesquisa irá contribuir com a percepção sobre a temática analisada, bem como com o papel desempenhado por um dos maiores jornais do Estado sobre as práticas culturais dos negros nas primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: A Tarde. Candomblé. Perseguição policial.

ABSTRACT

The main objective of this research was to present and analyze the position of the Soteropolitan newspaper A Tarde, in the period from 1912 to 1937, in the period between 1912 and 1937. We will analyze the contents of newspaper editions, of literature dealing with the persecution and religious practice of the African matrix in the city in the above-mentioned period. This research will contribute to the perception about the theme analyzed, as well as to the role played by one of the largest state newspapers on the cultural practices of blacks in the first decades of the twentieth century.

Keywords: A Tarde. Candomblé. Police chase.

ABI – Associação Bahiana de Imprensa

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia

CAB – Congresso Afro Brasileiro

MNU – Movimento Negro Unificado

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Jornal A Tarde de 15 de outubro de 191238

Figura 2 – Jornal A Tarde de 15 de outubro de 191239

Figura 3 – Jornal A Tarde de 15 de outubro de 1912 40

Figura 4 – Jornal A Trade de 12 de dezembro de 1930 57

Figura 5 – Jornal A Tarde de 20 de setembro de 191860

Figura 6 – Jornal A Tarde de 26 de abril de 192662

Figura 7 – A cidade de Salvador67

Figura 8 – Salvador de Jesus - Jornal A Tarde 12 de dezembro de 193078

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de Notícias do Jornal A Tarde52

Gráfico 2 – Porcentagem de Notícias do Jornal A Tarde55

Gráfico 3 – Quantidade de Notícias 95

Tabelas 1 – Distritos de Salvador em 193771

Tabelas 2 – Localidades que aparecem nas notícias 72

Tabelas 3 – Distribuição das notícias do A Tarde no ano de 1937100

Tabelas 4 – Localidades que aparecem nas notícias100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16

1. CANTOS, ENCANTOS E AXÉ: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DA BAHIA NO CAMPO DA REPRESSÃO AOS CANDOMBLÉS. 20

- 1.1. A Bahia na primeira república 22
- 1.2. Breve histórico sobre a imprensa no Brasil 34
- 1.3. 1912: Criação do Jornal A Tarde 36
- 1.4. Candomblé, tradição e oralidade. 43

2. “UM CANDOMBLÉ INCOMODATIVO” 50

- 2.1. O Candomblé frente às perseguições midiáticas na Bahia 51
- 2.2. A prática discursiva do jornal A Tarde entre os anos de 1912 a 1936 53
- 2.3. A geografia da perseguição 67
- 2.4. Nas Páginas Policiais 74
- 2.5. “Janaina se encheu de presentes” e conflitos sociais 83

3. CONGRESSO AFRO: ENTRE DISCUSSÕES E NOTÍCIAS 86

- 3.1. O contexto histórico da Bahia na década de 30 86
- 3.2. O Congresso Afro-Brasileiro de 1934 89
- 3.3. O Candomblé e o Congresso Afro de 1937 nas notícias do A Tarde. 91
- 3.4. "O Batuque ia quente" 98

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 104

REFERÊNCIAS 106

INTRODUÇÃO

A primeira metade do século XX é marcada por uma série de transformações, sobretudo políticas, na Bahia e no Brasil, no que diz respeito ao início da República, que começa de maneira complexa sendo observada pela população.

Para além das mudanças políticas, a Bahia passa por uma campanha civilista e modernista. Sobretudo nos anos de 1912 a 1916 e na década de vinte, entre os anos de 1922 a 1926, correspondente aos mandatos de José Joaquim Seabra, a partir da implementação das reformas urbanísticas aplicadas na cidade de Salvador.

A reforma urbana de 1912-1916 garante a fluidez das mercadorias para o comércio internacional, também para o abastecimento da capital, com a abertura da Avenida Jequitaia, que conecta o porto, ampliado e equipado, à estação de trens da Calçada. As reformas realizadas no conjunto da Cidade Baixa também facilitam o deslocamento de produtos e de pessoas, melhorando o comércio e agilizando as comunicações com a Cidade Alta. (PINHEIRO, 2011, p.239-240)

As duas reformas garantem à cidade de Salvador uma nova reorganização geográfica, com novos limites e de separações sociais bem definidas, como apresenta Pinheiro:

As transformações nas áreas construídas e a formação de novos bairros estabelecem uma nova estrutura urbana que, por sua vez define uma segregação socioespacial na cidade. Cada bairro de Salvador passa a ter uma função definida depois da reforma implantada nos tempos de Seabra. Pode-se observar, cada vez mais, a separação entre bairros residenciais e bairros comerciais, bairros pobres e bairros ricos. As alterações na estrutura urbana e a segregação social se

complementam, porque ocorrem simultaneamente, e não se pode fazer referência a uma sem a outra, são processos siameses, já que a segregação social se produz com a introdução de uma nova maneira de estruturar a cidade. (PINHEIRO, 2011, p.244)

É nesse cenário de transformação que o jornal A Tarde nasce e vai buscando conquistar espaço. E nesse ambiente, o Candomblé vai buscar mecanismos de articulação a fim de se apropriar de um local e um direito que é seu. Uma religião que por muito tempo se valeu de uma relação híbrida com o catolicismo para sobreviver. E vivenciou anos de repressão policial e midiática numa luta pela liberdade de culto.

Ao analisar o discurso produzido pelo jornal A Tarde sobre o Candomblé, detem-se aos discursos, cujo objetivo era persegui-lo e excluí-lo da sociedade, espera-se compreender um pouco da mentalidade da época e como se deu a trajetória de luta de candomblecistas pela conservação de sua religião em Salvador, de 1912 a 1937, a partir da perspectiva da imprensa. O recorte temporal tem como base a criação do jornal A Tarde, em outubro de 1912, por Ernesto Simões Filho, e as pesquisas são finalizadas em 1937, quando acontece o segundo Congresso Afro-brasileiro em Salvador, organizado por Edison de Souza Carneiro, com a participação de estudiosos, capoeiristas e candomblecistas a fim de discutir o futuro dessas tradições¹ no Brasil.

A finalidade é compreender o discurso produzido pelo jornal A Tarde em relação ao Candomblé nesse período e no que diz respeito aos orixás, aos objetos de culto e espaços ocupados pelo mesmo. E também analisar o teor das notícias e as suas possíveis transformações ao longo do período estudado, levando em consideração as mudanças políticas e sociais.

¹ HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

A pesquisa a ser desenvolvida tem como metodologia a revisão bibliográfica, na perspectiva de compreender a intolerância sofrida pelos grupos de candomblecistas, utilizando como referência João José Reis para compreender a perseguição policial aos Candomblés, Edmar Ferreira Santos, Jocélio Teles dos Santos e outros autores que abordem esta temática.

Serão utilizados ainda artigos, teses e dissertações, além de livros que proporcionem uma compreensão da Bahia e da imprensa baiana nas décadas de 1912 a 1937. Para a realização deste trabalho serão utilizadas notícias do Jornal A Tarde que se encontram digitalizadas e do setor de jornais e periódicos da Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB). Os livros utilizados se encontram na BPEB, na Biblioteca do Mosteiro, na internet e em arquivos pessoais, além de processos encontrados no Arquivo Público do Estado da Bahia (APB).

O presente trabalho tem como principal problema entender quais mudanças ocorreram nas práticas discursivas dos agentes do jornal A Tarde sobre os Candomblés e como isso contribuiu para a perseguição ao povo de Santo em Salvador. O jornal é a principal fonte que orienta este trabalho e a partir dos nomes presentes em algumas notícias foi possível encontrar e inserir nesta pesquisa processos-crimes. A análise das fontes é orientada por uma vasta bibliografia que compreende as temáticas do Candomblé, sobre o Jornal A Tarde, sobre as reformas urbanísticas, os Congressos Afro-brasileiros e as transformações políticas. Busca-se ainda contribuir com as discussões acadêmicas acerca das perseguições e, para tanto, ficou dividida em três capítulos esta dissertação.

No primeiro capítulo, é apresentado um histórico da cidade de Salvador, contextualizando o Candomblé, buscando perceber como ele se constitui enquanto religião nesse espaço geográfico em um processo de resistência para manter as tradições e sua história, intimamente ligada à diáspora forçada da África, buscando compreender como os adeptos se articularam e preservaram suas culturas, criando nesse espaço formas de sobrevivência em uma relação híbrida com o Cristianismo.

O segundo capítulo consiste em apresentar e analisar notícias do jornal A Tarde, onde aparece o termo Candomblé, numa tentativa de compreender o posicionamento do mesmo e como ele o apresenta; o porquê da escolha de determinadas palavras, onde o texto aparece (em quais páginas), e se aparecem em forma de denúncia ou reportagem (com ou sem destaque). Seguido de uma geografia da perseguição, identificando as freguesias de Salvador, uma análise de notícias que viraram processos-crimes e por fim como o conflito e o preconceito se estenderam também ao campo da cultura com a festa de Iemanjá.

O terceiro capítulo consiste nas discussões acerca dos Congressos Afro-Brasileiros de 1934 e de 1937, que aconteceram em Recife e em Salvador, respectivamente. Apresentam-se os congressos e a forma que foram registrados nas páginas do jornal, bem como é apresentada e analisada a forma com a qual o candomblé é retratado no jornal, em 1937, ano do segundo Congresso Afro-brasileiro, período em que se concentra a maior parte das notícias catalogadas.

Por fim, espera-se que os leitores, ao percorrer os três capítulos, possa ter uma ideia de como grupos da sociedade baiana pensaram o Candomblé.

CAPÍTULO 1. CANTOS, ENCANTOS E AXÉ: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DA BAHIA NO CAMPO DA REPRESSÃO AOS CANDOMBLÉS.

Um dia em terras africanas dos povos iorubas, um mensageiro chamado Exu andava de aldeia em aldeia à procura de soluções para terríveis problemas que na ocasião afligiam a todos, tanto homens como os orixás.²

Atravessado o atlântico, Exu³ veio na memória dos homens e mulheres que aqui foram submetidos à escravidão, e recriaram sua religião unindo etnias e orixás, nascendo assim o Candomblé, e, por meio deste, o mensageiro permaneceu em terras brasileiras a procurar soluções para as aflições de seu povo, que durante o período colonial no Brasil e mesmo durante o Império, vivenciou nessas terras um regime escravocrata que reduzia o negro à condição de mercadoria. Assim Wlamyra Albuquerque destaca:

A tragédia da escravidão não impossibilitou os africanos de conhecer ou adotar signos de pertencimento que, se não eram tão precisos em termos geográficos e mesmos culturais, garantiam laços mais firmes com a África e com os seus dispersos nos dois lados do Atlântico. (ALBUQUERQUE, 2009, p.195-196)

Após a independência do Brasil, não ocorreram mudanças estruturais em relação à escravidão, devido ao interesse da elite e, sobretudo da elite agrária. O direito à liberdade foi negado aos povos africanos e aos afrodescendentes, os mesmos só puderam dar o grito de “liberdade” formal anos mais tarde, em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea, decreto que pôs fim à escravidão. No entanto, a luta ainda continuou, pois o negro permaneceu sendo visto como inferior.

² PRANDI, Reginaldo. Mitologia dos Orixás. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.17

³ SOARES, Emanuel Luis Roque. As vinte e uma faces de Exu na filosofia afrodescendente da educação. 1. ed. Rio de Janeiro: MC&G, 2014.

Libertos legalmente os africanos e seus descendentes teriam de conquistar sua liberdade, de fato, nas ruas (BARRETO, 2009, p.15). Uma dessas lutas é o direito de culto ao Orixá, que representa uma busca pelo direito de igualdade e pelo espaço social.

Segundo Kátia Mattoso, com a assinatura da lei Aurea em 1888, brancos e negros buscavam reafirmar seu lugar na sociedade baiana em fins do século XIX.

Após 1888, a sociedade baiana torna-se um corpo assentado, fechado suas camadas superiores assumem uma consciência, aguda como nunca, antes de tudo do que pode separar o homem branco do preto ou do mestiço. A cor da pele, antes “esquecida”, torna-se, entre ricos e pobres, uma fronteira nítida. (MATTOSO, 2003, p. 240)

As relações entre negros e brancos já vinham sendo abaladas antes do fim da escravidão, uma vez que a ideia da abolição já vinha sendo discutida desde 1830 e antes que esta fosse decretada, uma grande parcela da população negra já era livre e buscava conquistar espaço social, sobretudo nas capitais, a exemplo de Salvador onde o número de libertos era maior que o de cativos e, segundo João Reis, o fim da escravidão foi recebido com festa:

O evento foi comemorado pela população negra da Bahia com enorme entusiasmo, com batuques, passeatas, concentrações, missas solenes em Salvador, no Recôncavo e outros lugares, tanto barulho e mobilização que chegou a preocupar senhores e autoridades de que a festa virasse revolução. (REIS, 2008, p.313)

Diante dessa preocupação Wlamiyra Albuquerque, em O jogo da dissimulação, aponta que:

Não eram apenas os trabalhadores que os proprietários perdiam, mas a sua própria posição hierárquica estava em jogo. Um certo desespero deve mesmo ter sido partilhado por proprietários já empobrecidos, mas ainda dispostos a

resguardar a posição senhorial. Ver-se destituído desse lugar subvertia toda a lógica que balizava a arquitetura social desde os tempos coloniais. Desse modo, enquanto comemorava-se a abolição, em suspensão regras importantes no jogo do poder entre brancos senhores/negros subalternos. (ALBUQUERQUE, 2009, p.125-126)

O pós-abolição é um período de lutas onde a população negra busca os mais diversos espaços de integração numa sociedade⁴ que cotidianamente afirma que esta é inferior e que a sua cultura também o é. Uma sociedade que criou todos os instrumentos possíveis para tentar controlar e limitar a ação da população negra.

1.1. A Bahia na Primeira República

As revoltas regenciais demonstraram a insatisfação e o quanto a sociedade estava dividida, e é com o intuito de restabelecer a ordem que o Segundo Reinado é instaurado sob um golpe de maioria de D Pedro II, que instaura e lidera um império centralizador e com plenos poderes. Diante da diminuição dos direitos políticos, lutas pela abolição, pressão internacional para o fim da mesma, surgimento de novos partidos, como o PRP (Partido Republicano Paulista), uma elite agrária buscando mais espaço na política e principalmente militares insatisfeitos com o Império, é que a ideia republicana ganha espaço.

Num golpe militar liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, a República é proclamada. De acordo com Boris Fausto foi um episódio um tanto confuso. João Luís Fragoso e Francisco Teixeira destacam que:

Seja como for, o fato é que em 15 de novembro de 1889, segundo Aristides Lobo (propagandista republicano), o povo assistia *bestializado* ao movimento as tropas do Exército que

⁴ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937)**. In Revista Afro-Ásia, 21-22 (pp.239-256). Disponível em Acesso em: < <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20968/13571>> 15 de janeiro de 2017.

iriam proclamar a República. Sem compreender o que se passava, o povo, que deveria ter sido o protagonista maior da República, pensava tratar-se apenas de mais uma parada militar (Apud. LINHARES, 1990, p. 208)

Segundo Luís Henrique Dias Tavares, as notícias por aqui chegaram desconstruídas e os baianos resistiram em aderir ao novo regime político. No entanto, aderiram depois de disputas entre monarquistas e republicanos, numa conspiração comandada pelo coronel Frederico Cristiano Büys, no forte de São Pedro, e, na mesma ocasião, ele declara Virgílio Damásio como governador.

No pátio interno do forte, com presença de oficiais e soldados do 16º Batalhão, dos líderes republicanos convidados e alguns civis, às 18 horas do dia 16 de novembro de 1889 foi proclamada a adesão da Bahia à República Federativa dos Estados Unidos do Brasil. (TAVARES, 2001, p. 297)

O episódio baiano é um exemplo de que dúvidas permeavam as províncias, agora chamadas Estados, diante da mudança política fica evidente que a adesão não foi imediata. Com a República instaurada e frente à aceitação da maioria dos Estados, outros passos seriam definidos e no dia 16 de novembro, como chamam atenção João Luís Fragoso e Francisco Teixeira:

No dia seguinte à instalação da República se formou um Governo Provisório, encabeçado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Entre as medidas tomadas por esse temos: a dissolução das Assembleias Provinciais, Câmaras Municipais e da Câmara de Deputados; o fim da vitalidade do Senado; a extinção do Conselho de estado; a separação entre Igreja e Estado; e a nomeação de interventores, em grande número militares, para os Estados (designação que passaram a ter as antigas províncias). Em 24 de fevereiro de 1891 era promulgada a primeira Constituição republicana do país, como resultado dos trabalhos da Assembléia Constituinte eleita em 15 de novembro de 1890. (Apud. LINHARES, 1990, p. 211)

A instauração da República requereu uma Constituição que reafirmasse essa nova forma de governo no Brasil, que representasse a sociedade e atendesse a

necessidade da mesma. A nova Constituição é emendada por Ruy Barbosa e votada em 1891. No mesmo ano, a Bahia cria a sua primeira Constituição composta de 10 títulos e 151 artigos que coloca a mesma submissa à Constituição Federal. Acontece ainda uma reformulação do Judiciário e do Legislativo.

Os ideais franceses de liberdade, igualdade e fraternidade que influenciaram a criação da Constituição estavam permanentemente em contradição no que diz respeito a sua aplicação de forma igualitária, uma vez que com o advento da República, o Brasil se torna um estado laico e que, ao menos teoricamente, cultos de todas as religiões eram aceitos. No entanto, a sociedade reprimia o Candomblé, pregava que todos eram iguais perante a lei, quando homens e mulheres negras eram perseguidos por conta de sua religião, sua cor e cultura, além dos direitos políticos estarem restritos a uma parcela mínima da população. Dentro deste cenário, José Murilo de Carvalho destaca que:

Sendo função social antes que direito, o voto era concedido àquele a quem a sociedade julgava poder confiar sua preservação. No Império como na República, foram excluídos os pobres (seja pela renda, seja pela exigência da alfabetização), os mendigos, as mulheres, os menores de idade, as praças de pré, os membros de ordens religiosas. Ficava fora da sociedade política a grande maioria da população. A exclusão dos analfabetos pela constituição era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária, que constava do texto imperial. Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconhecia-se este direito. Era uma ordem liberal, mas profundamente antidemocrática e resistente a esforços de democratização. (CARVALHO, 2005, p.44-45)

Ainda em 1889 é criado um código penal que deixava brechas para que pudessem incriminar as práticas religiosas de homens e mulheres de santo, seja por perturbação pública, vagabundagem, ofensa ao catolicismo ou por medicina ilegal. Além disso, criminalizavam a capoeira, nos códigos descritos abaixo:

DOS CRIMES CONTRA A SAUDE PUBLICA

Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentaria ou a pharmacia; praticar a homeopathia, a dosimetria, o hypnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos:

Penas – de prisão cellula por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

Parapho unico. Pelos abusos commettidos no exercicio ilegal da medicina em geral, os seus autores soffrerão, além das penas estabelecidas, as que forem impostas aos crimes a que derem causa.

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica:

Penas – de prisão cellula por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

§ 1º Si por influencia, ou em consequencia de qualquer destes meios, resultar ao paciente privação, ou alteração temporaria ou permanente, das faculdades psychicas:

Penas – de prisão cellula por um a seis annos e multa de 200\$ a 500\$000.

§ 2º Em igual pena, e mais na de privação do exercicio da profissão por tempo igual ao da condemnação, incorrerá o medico que directamente praticar qualquer dos actos acima referidos, ou assumir a responsabilidade delles.

Art. 158. Ministras, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer fórma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro:

Penas – de prisão cellula por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

Parapho unico. Si o emprego de qualquer substancia resultar á pessoa privação, ou alteração temporaria ou permanente de suas faculdades psychicas ou funcções physiologicas, deformidade, ou inhabilitação do exercicio de orgão ou apparelho organico, ou, em summa, alguma enfermidade:

Penas – de prisão cellula por um a seis annos e multa de 200\$ a 500\$000.

Si resultar a morte:

Pena – de prisão cellula por seis a vinte e quatro annos.

DOS VADIOS E CAPOEIRAS

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:

Pena – de prisão cellular por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos.

Art. 400. Si o termo for quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presidios militares existentes.

Parapho unico. Si o infractor for estrangeiro será deportado.

O Código Penal traz resquícios atenuantes de práticas do Império, no que diz respeito a perseguir os homens e mulheres de cor. Antonio Liberac Pires chama atenção que tais práticas de perseguição institucionalizada já eram utilizadas na Bahia, desde 1831.

O código de posturas da cidade de salvador revela que em 1831, a Câmara Municipal de Salvador proibia os “batuques”, danças e ajuntamentos em qualquer hora e lugar, sob pena de oito dias de prisão. A expressão “batuque”, repleta de significados, podia representar diversas expressões culturais. Em 1831 as autoridades aumentaram a pena para quinze dias e oito mil réis de multa pela prática do “batuque”. (PIRES, 2004, p.38)

A Primeira República traz ainda outros traços marcantes do imperialismo, como a figura dos coronéis. Passado o período onde a república teve sob seu domínio militares, se instaura um regime de alianças oligárquicas lideradas por São Paulo e Minas Gerais. A união política do Café com Leite se utilizou de mecanismos

como a política dos Governadores, que, por sua vez, produzia a política dos coronéis ou República dos Coronéis⁵ e o voto de cabresto. Na Bahia, não era diferente. Através dos apadrinhamentos os coronéis⁶ sustentavam a política baiana de acordo com seus interesses agrários.

O Brasil tinha a Europa como modelo econômico, político social e urbanístico a ser seguido, traço marcante em toda nossa história, que, no início deste regime, ganha ainda mais destaque com as reformas urbanas de capitais como Rio de Janeiro e Salvador, inspiradas no modelo haussmanniano⁷ aplicado na cidade de Paris, no século XIX. Sobre isso Eloísa Petti Pinheiro destaca que:

No século XIX, Paris é considerada um modelo de modernidade, que se divulga nas exposições universais lá realizadas, situação atingida a partir das intervenções haussmannianas. Paris transforma-se, assim, numa cidade diferente das outras urbes europeias, por ser a primeira que passa por intensas reformas para adaptar-se às novas condições econômicas e sociais, e por ter construído um novo espaço urbano, mais compatível com os novos tempos e a nova sociedade burguesa. (PINHEIRO, 2011, p.83-84)

Segundo Edmar Ferreira Santos, o movimento de modernização a partir das reformas urbanas com alargamentos de vias e implantação de saneamento básico,

⁵ A denominação “República dos coronéis” refere-se aos coronéis da antiga guarda nacional, que eram em sua maioria proprietários rurais com base local de poder. A expressão pode prestar-se a equívocos porque se, de um lado, o fenômeno do coronelismo se associa à Primeira República, de um outro seria errôneo dizer que a república “pertenceu” aos “coronéis”. (Fausto, 1995, p.263)

⁶ Os “coronéis” forneciam votos aos chefes políticos de respectivo Estado, mas dependiam deles para proporcionar muitos dos benefícios esperados pelos eleitores. Isso ocorria sobretudo quando os benefícios eram coletivos, quando se tratava, por exemplo, de consertar estradas ou instalar escolas. (FAUSTO, 1995, p.263-264)

⁷ Na cidade haussmanniana, é introduzida uma nova forma de construção da paisagem urbana. As intervenções no núcleo central tratam conjunto dos espaços heterogêneos como uma entidade única e o adotam de isotropia. Constrói-se uma imagem urbana mais coerente, com um tipo de arquitetura definida, em que o imóvel se integra no espaço público através de uma projeção regulamentada. (PINHEIRO, 2011, P.77)

A cidade que chamamos de haussmanniana é a cidade burguesa por excelência, o lugar institucional da moderna sociedade burguesa, um espaço que se configura de acordo com a lógica de uma burguesia, um espaço que se configura de acordo com a lógica de uma burguesia e se supõe um modelo espacial concreto. É uma vitrine da modernização, antes de ser um centro de produção que se aciona pelo encontro entre um urbanismo autoritário e as novas estruturas do capitalismo. Para colocar em prática suas ideias, Haussmann conta com três engrenagens fundamentais: o aparato burocrático, o instrumento legislativo e o sistema financeiro. (PINHEIRO, 2011, P.82-83)

ideias apoiadas nas teorias de higienização do século XX⁸, a fim de acabar com epidemias, como também controlar a sociedade e os menos favorecidos e indesejados, contribuíram com a intensificação das perseguições aos candomblés carregados por um ideal civilizador que excluía o negro e tudo aquilo que lembrasse sua cultura. Segundo Pinheiro, uma cidade civilizada tinha de ser:

limpa e higiênica. Os engenheiros e os médicos estão à frente das transformações que se produziram na área urbana, para mudar as condições de salubridade de Salvador, incompatíveis com os ideais de uma sociedade civilizada. Mudar o aspecto de higiene da capital é um dos passos para atingir a modernidade. (PINHEIRO, 2011, p.204)

Lilia Schwarcz em *O Espetáculos das Raças*, ao analisar a *Gazeta Medica da Bahia*, aponta que:

Com efeito, as noções de higiene pública, saneamento e profilaxia das moléstias contagiosas irão se misturar de tal modo na revista que se torna difícil separá-la de maneira lógica. Tratava-se de uma percepção das grandes epidemias, o “remédio” era, de um lado, combatê-las; de outro, evitá-las. Descobrir o antídoto quando o mal já era irremediável era tarefa reservada aos novos “pesquisadores médicos”, que aceitaram o desafio de seu século apostando na cura dessas moléstias. Impedir a proliferação do mal e o surgimento de novos surtos era, por outro lado, função dos higienistas e saneadores, que, atuando na comunidade, procuravam educar e prevenir. Papéis apenas formalmente diversos, na maioria das vezes ocupados pelos mesmos personagens, coube aos pesquisadores, aos higienistas e saneadores a difícil empresa de diagnosticar e medicar o Brasil, esse país tão doente. (SCHWARCTZ, 1993, p.293-294)

Para Tavares, o projeto de modernização implantado na Bahia por José Joaquim Seabra⁹ em seu primeiro mandato é intensificado no segundo como

⁸ Nesse momento, conectada à noção de higiene, aparece a ideia de saneamento: caberia aos médicos sanitaristas a implementação de grandes planos de atuação nos espaços públicos e privados da nação, enquanto os higienistas seriam os responsáveis pelas pesquisas e pela atuação cotidiana no combate às epidemias e às doenças que mais afligiam as populações. (SCHWARCTZ, 1993, p.270)

governador, que vai de 1920 a 1924, com a reforma urbana que acontece na Avenida Oceânica e na construção do porto. Ao fim desse mandato, seu candidato perde as eleições para Francisco Marques de Góes Calmon, e, em seu governo, temos a passagem da Coluna Prestes na Bahia e Calmon ainda convida Anísio Teixeira para reformar o sistema educacional da época.

Em 1929, a chamada Política do Café com Leite chega ao fim com o lançamento da candidatura do paulista Júlio Prestes, sob o apoio de Washington Luís, então presidente, quebrando o acordo de alternância no poder entre Minas e São Paulo. Minas, por sua vez, apoiou Getúlio Vargas para a presidência, que perde as eleições para Prestes.

Júlio Prestes venceu as eleições de 1º de março de 1930. Os recursos políticos imperantes, condenados verbalmente pela Aliança, foram utilizados também por ela. As “máquinas eleitorais” produziam votos em todos os estados, inclusive no Rio Grande do sul, onde Getúlio teria vencido por 298627 votos contra 982. (FAUSTO, 1995, p.321)

A oposição insatisfeita começa uma conspiração, a chamada Revolução de Trinta¹⁰ com apoio de alguns estados, entre eles a Bahia, mas vinha perdendo força até que o episódio da morte de João Pessoa, vice - candidato de Vargas - muda o cenário como afirma Boris Fausto:

Apesar das adesões, em meados de 1930 a conspiração revolucionária andava mal. Um acontecimento inesperado veio lhe dar alento. A 26 de julho, João Pessoa era assassinado em uma confeitaria do recife por João Dantas, um de seus adversários políticos. O crime combinava razões privadas e públicas mas, na época, só se deu destaque às últimas, pois as

⁹Ao assumir o governo, J. J. Seabra tem como projeto prioritário introduzir a modernidade nas ruas da velha capital, em função das novas necessidades de circulação, atreladas a uma espacialização-modelo, um novo modo de vida, uma nova estética, um novo sentido público e uma civilização do espetáculo a da velocidade. (PINHEIRO, 2011, p.218)

¹⁰ A revolução de 1930 não foi feita por representantes de uma suposta nova classe social: a classe média ou a burguesia industrial. A classe média deu lastro à aliança Liberal, mas era por demais heterogênea e dependente das forças agrárias para que, no plano político, se formulasse um programa em seu nome. (FAUSTO, 1995, p.325)

primeiras arranhariam a figura de João Pessoa como mártir da revolução. (FAUSTO, 1995, p.323)

Agora mais fortes, os revolucionários conseguiram levar Getúlio Vargas ao poder em outubro de 1930, onde permanecera por quinze anos, num governo marcado pelo centralismo político e pelo populismo. Em meio às transformações políticas e junto às teorias modernistas e higienistas das décadas de vinte e trinta circulavam na Bahia e em todo o Brasil discussões sobre a ideia de raça. Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga chamam atenção para:

As teorias raciais foram inventadas no século XIX na Europa e nos Estados Unidos para explicar as origens e características de grupos humanos. Essas teorias tiveram grande aceitação no Brasil entre 1870 e 1930. Elas tinham por base argumentos biológicos, convincentes na época, que relacionavam as características físicas dos indivíduos à capacidade intelectual. Logo essas explicações foram ampliadas para povos inteiros. Desse modo, a humanidade passou a ser classificada a partir de estágios civilizatórios: as nações europeias eram o modelo de sociedades mais adiantadas, e os povos africanos e indígenas eram tidos como os mais atrasados e “bárbaros”. (ALBUQUERQUE, FRAGA, 2006, p. 204- 205)

Segundo Wlamyra Albuquerque, o fato das teorias raciais ganharem bastante repercussão no Brasil justamente com o fim da escravidão e seguindo até a década de 1930, não foi por acaso, uma vez que as elites tinham interesses em manter as diferenças sociais e reafirmar a supremacia social do branco. Para Donald Pierson, a situação social da raça na Bahia e o anseio de negros e mestiços por um lugar nesta sociedade estão muito bem explícitos durante o carnaval:

Toda situação racial e cultural da Bahia estava, pois, simbolizada nos festejos do carnaval. O cordão mostrava a persistência das sobrevivências africanas e que o apêgo a essas sobrevivências psicologicamente ainda isolava, até certo ponto, a parte mais escura da população. Os jovens prêtos e mulatos escuros que desfilavam solenemente, muito autoconscientes, nas longas filas das batucadas representavam os jovens que embora tivessem rompido em

grande parte com as formas culturais africanas de seus pais e avós, ainda não foram completamente incorporados ao mundo predominantemente europeu. (PIERSON,1971, p.248)

Pierson aponta ainda uma divisão social do trabalho bem definida, onde os piores postos eram ocupados por negros e mestiços:

Não era, portanto, surpreendente que os prêtos se encontrassem ainda nos empregos de baixo status e de pequeno salário e que seu número diminuísse gradualmente à medida que se subia na escala ocupacional até os níveis superiores, onde raramente se encontravam. O período de tempo desde a escravidão ainda era relativamente curto; e afalta de recursos financeiros e de instrução com que começaram a competir no sistema de classe, bem como a falta de empregos numa economia pré-industrial tinham constituído obstáculos demais. (PIERSON,1971, p.226)

A ideia de que o negro necessitava de aperfeiçoamento, reforçada ainda pela eugenia¹¹, para adaptar-se à civilização a fim de contribuir com o progresso da nação estava presente em muitos estudos, dentre eles os apresentados por Nina Rodrigues, em *Os Africanos no Brasil*:

O que mostra o estudo imparcial dos povos negros é que entre eles existem graus, há uma escala hierárquica de cultura e aperfeiçoamento. Melhoram e progridem; são, pois, aptos a uma civilização futura. Mas se é impossível dizer se essa civilização há de ser forçosamente a da raça branca, demonstra ainda o exame insuspeito dos fatos que é extremamente morosa, por parte dos negros, a aquisição da civilização europeia. E diante da necessidade de, ou civilizar-se de pronto, ou capitular na luta e concorrência que lhes movem os povos brancos, a incapacidade ou a morosidade de progredir, por parte dos negros, se tornam equivalentes na prática. Os extraordinários progressos da civilização europeia

¹¹ Para a medicina baiana, a eugenia significou uma forma de atenuar o pessimismo imperante, uma maneira de buscar aceitação para antigas concepções que, de tão extremadas, pouca aplicação poderia, esperar. A eugenia permitia prever a “perfectibilidade”, supor uma melhoria da raça, noções até então consideradas pouco legítimas na escola da Bahia. Já para a faculdade carioca, o reconhecimento da eugenia viabilizou a criação de novos espaços de atuação social. Amenizadas as funções dos médicos epidemiologistas, deslocados do centro das atenções, era como eugenistas que recuperavam seu papel social. (SCHWARCTZ, 1993, p.309-310)

entregaram aos brancos o domínio do mundo, as suas maravilhosas aplicações industriais suprimiram a distância e o tempo. Impossível conceder, pois, aos negros como em geral aos povos fracos e retardatários, lazes e delongas para uma aquisição muito lenta e remota da sua emancipação social. Em todos os tempos não passou de utopias de filantropos, ou de planos ambiciosos de poderio sectário, a ideia de transformar-se uma parte de nações às quais a necessidade de progredir mais do que as imitações monomaniacas do liberalismo impõe a necessidade social da igualdade civil e política, em tutora da outra parte, destinada à interminável aprendizagem em vastos seminários ou oficinas profissionais. A geral desapareição do índio em toda a América, a lenta e gradual sujeição dos povos negros à administração inteligente e exploradora dos povos brancos, tem sido a resposta prática a essas divagações sentimentais. (RODRIGUES, 2004, p.296)

O projeto civilizador juntamente com as teorias raciais, pelo viés de Darwin, esteve presente em todas as discussões baianas no período, fortalecendo uma ideia de sobrevivência criminal¹², permitindo classificar as raças e apontando por meio da medicina legal os casos de degeneração, como destaca Schwactz abaixo:

É por meio da medicina legal que se comprovava a especificidade da situação ou as possibilidades de “uma sciencia brasileira” que se detivesse nos casos de degeneração racial. Os exemplos de embriaguez, alienação, epilepsia, violência ou amoralidade passavam a comprovar os modelos darwinistas sociais em sua condenação do cruzamento, em seu alerta à “imperfeição da hereditariedade mista”. Sinistra originalidade encontrada pelos peritos baianos, “o enfraquecimento da raça” permitia não só a exaltação da uma especificidade da pesquisa nacional, como uma identidade do grupo profissional. (SCHWARCTZ, 1993, p.277)

¹² A sobrevivência criminal é, ao contrário, um caso especial de criminalidade, aquele que se poderia chamar de criminalidade étnica, resultante da coexistência, numa mesma sociedade, de povos ou raças em fases diversas de evolução moral e jurídica, de sorte que aquilo que ainda não é imoral nem ante-jurídico para uns réus já deve sê-lo para outros. Desde 1894 que insisto no contingente que prestam à criminalidade brasileira muitos atos ante-jurídicos dos representantes das raças inferiores, negra e vermelha, os quais, contrários à ordem social estabelecida no país pelos brancos, são, todavia, perfeitamente lícitos, morais e jurídicos, considerados do ponto de vista a que pertencem os que os praticam. (RODRIGUES, 2004, p.306)

Os anos que se seguem entre 1920 e 1930 coincidem com o processo modernizador que vai de 1910 a 1930 quando se buscou o rompimento com as oligarquias dominantes de São Paulo e Minas Gerais. Em 1930, o país passa pela Revolução de 30 e Getúlio Vargas chega ao poder e, forçado pela Revolução Constitucionalista de 1932, é convocada uma assembleia constituinte que escreve a nova Constituição de 34, com ela além de estender o mandato de Vargas tem como objetivo melhorar as condições de vida da população em geral com algumas medidas, como as leis educacionais, trabalhistas, sobre saúde e cultura e entre outras mudanças. É também um momento de intensificação nas perseguições a religiões de matrizes africanas. Em contrapartida, Meire Reis destaca um interesse sobre a figura do negro:

Nos anos 30 o negro passou a ser visto insistentemente como positivo na formação da sociedade e cultura brasileira. Neste sentido, alguns intelectuais escrevem nos jornais sobre a história e a cultura dos negros. Isto tinha um significado impar, posto que a difusão de ideias que privilegiavam a cultura do negro, mesmo quando apresentasse como exótico. (REIS, 2000, p.64-65)

Ao mesmo tempo em que os jornais buscavam trazer colunas e notas científicas sobre o negro, era possível encontrar notícias que desqualificavam sua cultura ou perseguiam sua religião, no jornal A Tarde não será diferente. No próximo capítulo, será discutido mais profundamente este ponto. É importante lembrar que em 1934 acontece em Recife o I Congresso Afro-brasileiro e em 1937 o II, em Salvador. A seguir Tavares nos dá mais detalhes:

O Brasil chegou a 1937 sob fortes índices de instabilidade institucional. Ainda existiu, porém, na Bahia, espaço democrático para o II Congresso Afro-brasileiro. Reuniu-se na cidade de Salvador, de 11 a 20 de janeiro, com o apoio do governador Juracy Magalhães e a participação de professores das faculdades de Medicina e de direito, escritores, jornalistas e destacadas personalidades da religião afro-brasileira, mães-de-santo e pais-de-santo, o sábio babalaô Martiniano Eliseu do Bonfim, mães-de-santo Eugênia Ana dos Santos (mãe Aninha do Axé Opô Afonjá) e Maria da Conceição Nazaré (Mãe menininha do alto do Gantois), pais-de-santo Manuel Bernadino da Paixão (Bernadino do Bate Folha) e Manuel

Vitorino dos santos (Maniel falefá). (TAVARES, 2001, p.410-411)

O II Congresso Afro-brasileiro idealizado por Edison Carneiro foi de grande importância, sobretudo para o povo do Candomblé, como destaca Júlio Braga:

O terreiro de candomblé transformou-se um cenário privilegiado a partir do qual se desenvolveu uma grande e eficaz rede de solidariedade, capaz de preparar a comunidade para o enfrentamento geralmente indireto, da repressão policial. Esta luta contou com grande número de pessoas de fora do candomblé que, por razões diversas, se colocaram como fortes aliadas e foram de extrema importância no processo de negociação com a sociedade ou mesmo no abrandamento da agressividade policial, quando não conseguiam eliminá-la de todo. (BRAGA, 1995, p.59)

A luta é cotidiana pelo direito e pelo respeito ao seu culto. E é verdade que homens e mulheres foram perseguidos por conta de sua fé, e, em muitos momentos, foi necessário silenciar para resistir. A Bahia viveu muitas transformações durante os anos de 1912 a 1937. Mudanças essas políticas, econômicas, urbanísticas e sociais, sob as influências de teorias raciais, higienistas e modernistas.

1.2. Breve histórico sobre a imprensa no Brasil

A imprensa chegada ao Brasil em 1808, com D. João VI e a família real, tem como papel principal manter a corte informada dos acontecimentos, instalando para isso a Imprensa Régia na cidade do Rio de Janeiro. Após vivenciar um período de censura anos antes da Independência, sobretudo o Correio Brasiliense, que funcionava de maneira clandestina e defendia a Independência, em 1811, outros jornais começam a receber autorização para circularem. Logo após a Independência, uma das medidas constituintes de D. Pedro foi criar a Lei de Imprensa, em 22 de novembro de 1823, como podemos observar no texto abaixo extraído do site da Câmara dos Deputados:

Considerando que, assim como a liberdade da imprensa é um dos mais firmes sustentáculos dos Governos Constitucionaes, tambem o abuso della os leva ao abysmo da guerra civil, e da anarchia, como acaba agora mesmo de mostrar uma tão funesta, como dolorosa experiencia: E sendo de absoluta necessidade empregar já um prompto, e efficaz remedio, que tire aos inimigos da Independencia deste Imperio toda a esperança de verem renovadas as scenas, que quasi o levaram á borda do precipicio, marcando justas barreiras a ella liberdade de imprensa, communicar livremente suas opiniões, e idéas, sirvam sómente de dirigil-o para o bem, e interesse geral do Estado, único fim das sociedades politicas: Hei por bem ordenar que o projecto de lei sobre esta mesma materia, datado de 2 de Outubro proximo passado, que com este baixa assignado por João Severiano Maciel da Costa, Meu Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, e que se principiara a discutir na Assembléa Geral Constituinte e Legislativa, tenha desde a publicação deste decreto, sua plena, e inteira execução provisoriamente, até á installação da nova Assembléa, que mandei convocar, a qual dará, depois de reunida, as providencias legislativas, que julgar mais convenientes, e adequadas á situação do Imperio. O mesmo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Paço em 22 de Novembro de 1823, 2º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade Imperial.

JOÃO SEVERIANO MACIEL DA COSTA.¹³

Durante o Império, os jornais passam novamente por um período de censura, mas dessa vez começam a criar mecanismos para fugir disso, como publicar textos literários, em 1908, com a criação da Associação Brasileira de Imprensa, inicia-se um processo de valorização da atividade jornalística. Torna-se necessário nesse processo apontar quem eram os leitores desses jornais, uma vez que a maioria da população era analfabeta, como aponta Meire Reis

¹³ Lei de imprensa em 22 de novembro de 1823. Disponível em Acesso em: < [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-38888-22-novembro-1823-568100-publicacaooriginal-91489-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-38888-22-novembro-1823-568100-publicacaooriginal-91489-pe.html)> 11 de abril de 2017

Ler um jornal no século XIX e início do XX era hábito impregnado de significados diversos mas um deve ser destacado: só alguns eleitos podiam se aventurar a esta difícil tarefa. A maioria absoluta da população na Bahia não era alfabetizada, assim como em todo Brasil. (REIS, 2000, p.7).

Portanto, somente no século XX, o jornal passa a ser visto como uma atividade lucrativa. Com isso, nesse período, é criada na Bahia a Associação Bahiana de Imprensa (ABI), com o Brasil passando por uma série de transformações políticas e sociais, e os jornais baianos buscando se reestruturar e se fortalecer.

1.3. 1912: Criação do Jornal A Tarde

No dia 15 de outubro de 1912, uma terça-feira, o jornal A Tarde tinha sua primeira tiragem de quatro páginas distribuída na cidade de Salvador.

Trazia em destaque um trabalho de “Monographia”, de Theodoro Sampaio, sobre a “«Sé de Palha» os usos e costumes do tempo”, lamentando a perda histórica da Igreja que para Theodoro foi a “testemunha maior da civilização que se iniciou pela fundação da metrópole primeira da América portuguesa” e que, por séculos, presenciou a história da Bahia. O texto não termina nessa primeira edição e resta ao leitor esperar a do dia seguinte para enfim concluir a leitura.

Temos, também em destaque, a passagem do Dr. Lauro Sodré, político paraense, que na Bahia foi recebido por pessoas de grande importância na política, e o A Tarde faz uma espécie de entrevista, onde ele fala um pouco sobre a política no Pará.

Taxa bancária, tópicos sobre o governo, campanha para a criação da Estátua de Eça de Queiroz, esclarecimento sobre empréstimos, informações sobre a Marinha e serviços de telegrafia, estavam presentes na primeira página. Bem como,

notícias de como ocorreram às festividades do Jubileu Sacerdotal de D. Majolo, Abade do Mosteiro de São Bento. E, ainda, uma publicação assinada pelo próprio Simões Filho sobre o início do periódico, transcrita abaixo:

«A TARDE»

Ha dois Mezes annuaciamos a publicação d' A Tarde, nos moldos que, hoje, ella aparece. Fizemo-lo com a serena firmeza dos quo teinfé.

Nós precisamos fazerr un: jornal honesto, bom e bem educado, — era a formula que seduzia a nossa antiga paixão pela imprensa, de que ha pouco nos afastáramos, embora o travo de fel que ainda amargamos, não sem saudades.

Devemos, pois, ao publico patricio a affirmação sincera de que A Tarde, secundada pelas auras de seu apoio, ja de ser ura jornal digno.

Digno, repetimos.

Não é a vâ promessa de inexpertos, desprecatados dos maroiços em que é fertil o lidar exhaustivo da imprensa. Nella fizemos a educação democrática de nosso espirito, no árduo pelear do jornalismo politico, em longo periodo de tuctas e debates incandescentes.

Entao, combatemos o que se nos affigurava condemnavel no partidarismo adverso ao nosso, sem um instante signer lançarmos mão de outros processos que não fossem os da mais absoluta probidade profissional.

E' sob a égide desse mesmo princípio que A Tarde, hoje, distante do seu lábaro. Apenas, fóra da obita das facções, ella ha de ser mais calma que apaixonada, mais moderada do que rubra, mais-serena do que violenta.

A luta pelos |mais nobres deveres dá civilização nao pode deixar, de ser a nossa preocupação assidua e constante, sem embatgo da feição principal d'A Tarde ser a de um jornal de informações.

Imparcial, ella não será, comtudo, indifferento aos embates do direito; neutra, não se esquivará das controvérsias partidárias quando interessarem ao bem estar collectivo; ponderada, não provocará rixas pessoas ao paladar dos íarejadores de escândalos, afleitos a barrear a honra alheia, mas tambam não cederá um passo na re[...]compta, energica e

viril. «.Projectar por toda a parte a claridade meridiana, filar pela golla os attentados, onde quer que se enthronizem, não conhecer acepção de pessoas, desde o ultimo dos miseráveis até o chefe do Estado, no distribuir dos louros e da censura, praticar a honra, a franqueza, a liberdade mais livre no uso da palavra escripta»,—eis o nosso compromisso com o nobre povo bahiano, E o transeorrer do tempo ha de comprovar sobejamente quo o cumprimos.

Aquece-nos o coração a esperança profunda de que A Tarde vencerá; assim, Deus em que desalteramos a nossa fé de crentes, e o povo em que depositamos a nossa crença de patriotas e democratas, a protejam e amparem.

Simões Filho.

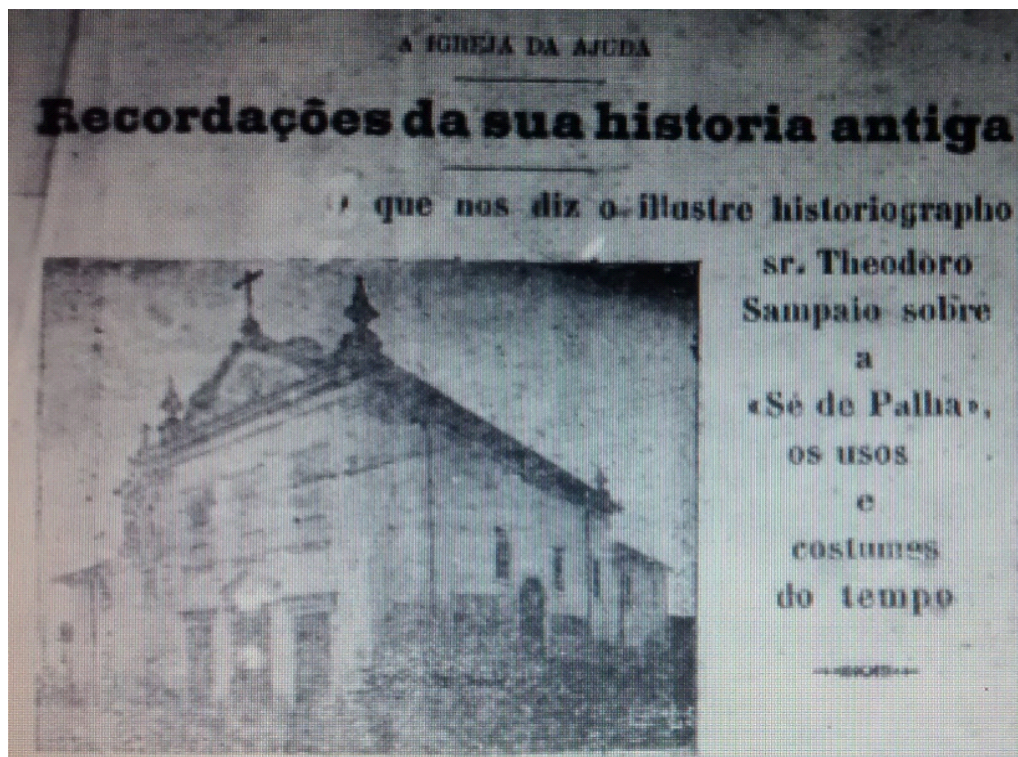


Figura 1 - Jornal A Tarde de 15 de outubro de 1912

Na segunda página, uma série de colunas. A primeira intitulada Da Avenida...um pouco de tudo, e, como o nome diz, tem-se mesmo um pouco de tudo, desde o teatro até a política; uma coluna que apresenta festas religiosas de nome Cultos e Religiões; Juizes e Tribunoos, com informações de concursos, ações novas

e distribuição do foro; Mundanas e Sociaes, com notícias de viajantes, consórcios, aniversários e falecimentos. Tinha também uma matéria de incentivo ao esporte, outra sobre o caso no município de Belomonte, onde 15 praças foram transferidas de Canavieiras para o mantimento da ordem. Por fim, encontram-se ainda notícias do Correio Geral e algumas poucas propagandas.

A Terceira página traz a Última Hora, notícias de todo o Brasil e do mundo, entre elas: “Paris assistiu há pouco o julgamento de um drama horrível: Ivonne Brthier, que matou a sua mãe, é absolvida”. Comerciais e Finanças do lado direito da página e no inferior da mesma em destaque o prêmio anunciado pela Loteria Federal, 50 contos a serem premiados no sábado.

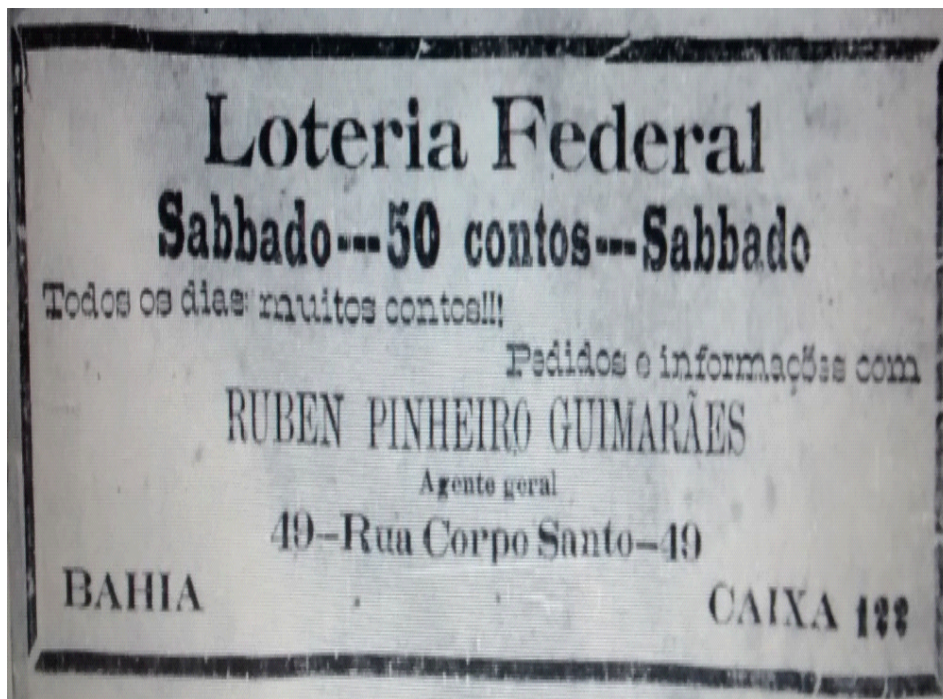


Figura 2 - Jornal A Tarde de 15 de outubro de 1912

Na última página, anúncios marítimos e muitas propagandas como a da Underwood, a melhor e mais apreciada máquina de escrever.



Figura 3 - Jornal A tarde de 15 de outubro de 1912

Assim, o Jornal A Tarde circulou pela primeira vez nas ruas de Salvador, e, segundo Ana Cristina Spannemberg, Ernesto Simões Filho concretizou sua paixão com a criação do periódico, que foi inspirado no jornal carioca A Noite, tido como exemplo de modernidade. Amélia Coutinho nos apresenta brevemente quem foi o idealizador e fundador de um dos maiores jornais soteropolitanos:

Ernesto Simões da Silva Freitas Filho nasceu em Cachoeira (BA) no dia 4 de outubro de 1886, filho de Ernesto Simões da Silva Freitas e de Maria Emília Rosa da Silva Freitas. Dedicando-se desde cedo ao jornalismo, ainda no ginásio fundou uma revista humorística, O Papão. Mais tarde, quando cursava a Faculdade Livre de Direito da Bahia, participou, ao lado do futuro líder político Otávio Mangabeira, da redação da Gazeta do Povo, jornal de que se tornaria proprietário em 1907, ano de sua formatura. Nessa época, cindiu-se em duas alas o Partido Republicano da Bahia (PRB), e Simões Filho ficou do lado do governador José Marcelino de Sousa, que apoiava a candidatura ao governo estadual de João Ferreira de Araújo Pinho, afinal eleito. A outra ala, liderada pelo senador Severino Vieira, apoiava a candidatura de Joaquim Inácio Tosta. Com a eleição presidencial de 1910, redefiniu-se o quadro da elite dirigente baiana, e Simões Filho colocou-se em oposição ao governo federal. Nesse pleito o PRB apoiou as candidaturas de Rui Barbosa e de Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, afinal derrotadas, enquanto o chefe oposicionista na política local, José Joaquim Seabra, deu seu apoio à chapa vitoriosa,

composta pelo marechal Hermes da Fonseca e por Venceslau Brás. Chamado a ocupar a pasta da Viação, J. J. Seabra fundou em seguida o Partido Republicano Democrata (PRD) e, nessa legenda, com o apoio do presidente Hermes, elegeu-se governador em janeiro de 1912. Embora Simões Filho tivesse iniciado sua carreira jornalística e política sob a liderança de Seabra, rompeu com ele definitivamente pouco depois de sua posse no governo baiano. Nessa ocasião, acompanhou a posição do chefe do Partido Republicano Conservador, Luís Viana, que fora deixado à margem do acordo pré-eleitoral firmado entre o PRB e o PRD. (COUTINHO, 2001, p.1)

Segundo Meire Reis, nos primeiros anos do jornal, verifica-se um discurso diferenciado dos seus concorrentes no que diz respeito a problematizar as questões da cidade. Vejamos.

Durante seus primeiros anos de vida, uma série de campanhas, a primeira para a construção de um monumento em homenagem ao poeta Castro Alves. Além desta, destacamos as campanhas pelo melhoramento das escolas públicas, por casas próprias para operários, melhoria salarial da corporação de bombeiros e a campanha contra a carestia, que culminava numa passeata e na entrega ao governado de um memoria de protesto. O que dá-nos a dimensão do conceito que este jornal tinha de si, enquanto mensageiro do povo, e guardião dos seus direitos. (REIS, 2000, p. 23)

Enquanto órgão atento ao que ocorre na cidade e buscando reafirmar suas concepções, inicia a partir de 1915, uma série de reportagens contra as práticas religiosas de matriz africana:

Alegando sempre que este era um indicio da incivilidade e representante de “vícios e ruindades”. Por isso, acabar com ele era uma forma de entrar para o mundo moderno e civilizado além de contribuir para que o jornal ganhasse respeitabilidade. (REIS, 2000, p. 124)

As notícias que chegam aos ouvidos de diversas pessoas, através do hábito de fazer leitura em voz alta, traz uma visão da elite sobre a sociedade baiana, e

percebe-se que “o jornal não apenas transmite informação, como dissemina novas e velhas ideias” (REIS, 2000, p.8). É um exímio formador de opinião, bem como traz as características de uma sociedade que “tem cor, sexo (gênero), religião e classe social” (REIS, 2000, p.9).

O trabalho de Edmar Ferreira Santos chama atenção para o cuidado que devemos ter ao trabalhar com análise de jornais, sendo necessário fazer uma leitura mais apurada, ler nas entrelinhas, pois:

Os jornais oferecem sinais que remetem a leituras mais profundas: a escolha do título da notícia, o que ela revela e silencia, tom indignado, irônico ou complacente, indicando a existência de certo pano de fundo, de experiências compartilhadas e disputas num contexto social; percebidas no seu contexto, aos poucos se estabelece na leitura dos textos um clima de cumplicidade, indiferença ou rivalidade. (SANTOS, 2009, p. 23)

O A Tarde foi liderado durante doze anos por Simões Filho. Período marcado pelos Seabristas¹⁴ na política baiana, onde o jornal ora era da situação ora de oposição, devido aos posicionamentos políticos de Ernesto. Era isso que definitivamente influenciava no discurso do jornal, como Meire Reis chama atenção: “A imprensa constrói, assim, um discurso sobre a sociedade, influenciado por esta e ao informar um fato o constrói. Dessa forma a notícia também seria uma fabricação do jornalista.” (REIS, 2000, p. 11). Nos próximos capítulos será discutido melhor o posicionamento do periódico A Tarde e como ele apresenta o Candomblé entre os anos de 1912 a 1937.

1.4. Candomblé, tradição e oralidade.

¹⁴ Momento onde José Joaquim Seabra liderou o cenário político na Bahia. Ver: SAMPAIO, Consuelo Novais. Os partidos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação. Salvador: UFBA, 1978.

O culto da religião afro¹⁵ no Brasil se iniciou nas senzalas com homens e mulheres vindos de diversas regiões da África, que aqui estavam submetidos a um sistema de escravidão cruel e perverso, que, como forma de resistência e permanência de sua cultura, cultuavam seus orixás em um único culto, o Calundu, mais tarde denominado Candomblé. Segundo Renato da Silveira:

Desde o século XVII se tem notícias de cultos africanos em terras brasileiras. De fato, há cerca de vinte anos uma imensa massa de informações sobre o que se convencionou chamar “calundu colonial” começou a ser revelada por historiadores e antropólogos brasileiros, que, investigando nos arquivos públicos e da Santa Inquisição, se depararam não apenas com novos dados, mas também com novas interpretações sobre um tema até então mal conhecido. (SILVEIRA, 2007, p.1)

Nicolau Pares apresenta em A Formação do Candomblé, uma hipótese de como o Calundu teria chegado à Bahia:

A minha hipótese é de que foi a partir das tradições da Costa da Mina que, no século XVIII, começaram a se organizar alguns calundos que iam além de mera funcionalidade de cura e adivinhação, se, no entanto, prescindir delas. Cabe lembrar que nesse século os jejes compunham o grupo demograficamente mais importante daquela parte da costa africana na Bahia. O culto ou adoração de “íдолos” ou “fuguras” com a presença de 3 altares implicava a necessidade de espaços relativamente estáveis para a prática religiosa. Foi provavelmente a partir dessa tradição da África ocidental, em oposição às tradições congo-angola, mais baseadas nas atividades individuais dos curadores-advinhos, que se organizaram os primeiros cultos domésticos, em “casas e roças”, com uma estrutura social e ritual mais complexa, que poderíamos chamar de tipo “eclesial”. (PARÉS, 2007, p. 116).

¹⁵ De todas as instituições africanas, entretidas na América pelos colonos negros ou transmitidas aos seus descendentes puros ou mestiços, foram as práticas religiosas do seu fetichismo as que melhor se conservaram no Brasil. No entanto, não se poderia admitir que mesmo entre os africanos as crenças religiosas dos negros aqui pudessem revestir em absoluto as formas múltiplas e variadas por que se manifestam na África. (RODRIGUES, 2004, p.243)

Ao se falar de práticas religiosas advindas de diversas partes da África, e da relação entre os dois continentes pelo Atlântico, surge na Bahia uma diferenciação nas práticas ritualísticas, bem como a denominação representativa das nações, as quais se intitulavam os candomblés. Donald Pierson, durante suas pesquisas na Bahia na década de trinta, observou e relatou essa diferenciação no livro, *Branços e Pretos na Bahia*:

As seitas mais antigas e mais respeitadas eram comumente tidas como de origem nagô (iorubar), ou gêge (ewê), ou representavam uma fusão, no Brasil, destes dois grupos de rituais e crenças africanas, que, parecem ser intimamente aparentados. Em particularidades de língua, vestimentas sagradas, dança, cantos, divindades, etc., estes centros diferem dos candomblés conhecidos como congo ou angola, onde se falava um dialeto banto, onde Loanda e Benguela se tornaram lugares sagrados e onde Tempo e o chefe angola Kissimbe foram importantes objetos de culto. Deferiam também dos candomblés de organização talvez mais recente, chamado de caboclo, cujo ritual, variando de seita para seita, era uma mistura de rituais de outros cultos de origem africana, juntamente com divindades tupi, e tupinambá, que parece ser uma personificação da tribo dêsse nome, a qual habitava a costa baiana na época da chegada dos europeus. Os candomblés “de caboclo” realizavam suas cerimônias principalmente em português, incluído certas frases de origem africana, geralmente muito corrompidas, tomadas das seitas gêge-nagô ou congo-angola e algumas palavras de derivação tupi. Penas, arcos e flechas e outros elementos culturais indígenas faziam parte de seu ritual. (PIERSON, 1971, p.304-305)

No livro, *O Candomblé da Bahia* de Roger Bastide, ao estudar a religião, busca compreender sua filosofia¹⁶, a fim de mudar a concepção de que o Candomblé é uma religião bárbara e subalterna e nos leva a uma maior compreensão de que:

¹⁶ No candomblé, o corpo de conhecimento relacionado ao universo simbólico, os ritos que chamam os orixás à terra e outros aspectos da prática religiosa não são baseados em textos escritos. Isto leva a transmissão do saber no candomblé a ser descrito como uma tradição oral, embora se insira e interaja com a sociedade brasileira, a qual é profundamente marcada pela influência da tradição da escrita. (CASTILLO, 2010, p.26)

Mas é preciso mostrar ainda que esses cultos não são um tecido de superstições, que, pelo contrario, subtendem uma cosmologia, uma psicologia e uma teodiceia; enfim, que o pensamento africano é um pensamento culto. (BASTIDE, 2001, p. 24).

Luís Nicolau Parés afirma, em *A Formação do Candomblé*, que esta religião é fruto de trocas culturais entre africanos que se constitui *“como aquele conjunto de práticas que estabelecem uma interação entre “este mundo” (dos homens) e o “outro mundo” invisível, habitado (geralmente) por uma série de “entidades espirituais” responsáveis pela sustentabilidade da vida”* (PARÉS, 2007, p. 104), ressaltando a importância dos antepassados e dos mais velhos, além de sua proximidade com a natureza.

Quando, na segunda metade do século XIX, com o fim do tráfico e o decréscimo progressivo de africanos no Brasil, as denominações étnicas dos grupos africanos deixaram de ser operacionais para a classe senhorial, elas persistiam entre os africanos e seus descendentes crioulos no âmbito de suas redes de sociabilidade familiar e, sobretudo, de práticas religiosas. A identidade étnica foi se acomodada àquele território de sociabilidade que era **controlado exclusivamente pela população negro-mestiça**, em que ainda era possível estabelecer relações de contraste internas. (PARÉS, 2007, p. 102).

Pierre Verger há muito chamou atenção para a importância da família para o povo de santo:

A religião dos orixás está ligada à noção de família. A família numerosa, originária de um mesmo antepassado, que engloba os vivos e os mortos. O Orixá seria, em principio, um ancestral divinizado, que, em vida, estabelecera vínculos que lhe garantiam um controle sobre certas forças da natureza, como o trovão, o vento as águas doces ou salgadas, ou, então, assegurando-lhe a possibilidade de exercer certas atividades como a caça, o trabalho com metais ou, ainda, adquirindo o conhecimento das propriedades das plantas e de sua utilização, àse, do ancestral-orixá teria, após a sua morte, a faculdade de encarnar-se momentaneamente em um de seus

descendentes durante um fenômeno de possessão por ele provocada. (VERGER, 1997, p.9)

O Candomblé nasce e permanece numa sociedade cristã e suas outras práticas religiosas eram vistas com maus olhos, principalmente se praticada por escravos e ex-escravos, que, em fins do século XIX, representava uma quantidade relevante da sociedade e diante do preconceito e discriminação esse povo de fé, foi por muito tempo perseguido e inferiorizado, pois as *“práticas de matriz africana eram ora silenciadas, ora perseguidas e depreciadas porquanto identificadas com atraso e desvio dos modelos civilizatórios europeus”* (SANTOS, 2008, p.13). Segundo José de Jesus Barreto, o termo Candomblé é:

Uma palavra de origem banto, que significa um complexo de crenças, rituais litúrgicos, cultos e conhecimentos; tradições trazidas de vários cantos da África, durante os tempos da escravidão. Na Bahia, de um modo especial em Salvador e no Recôncavo, esses ritos e linguagens do culto às divindades africanas foram se amalgamando, interagindo com as formas de adoração dos indígenas nativos e também com a fé do catolicismo europeu dominante. Nesse ambiente e circunstâncias talvez como em nenhum outro lugar fora da África, os negros e seus descendentes souberam, com dignidade e coragem, preservar boa parte das tradições legadas como heranças de famílias, o culto dos ancestrais. (BARRETO, 2009, p.43)

Em meados do século XIX, muitos escravos circulavam “livremente” pela metrópole, trabalhavam e alguns tinham seus escravos. Esses mesmos homens praticavam sua religião de forma escondida na maior discrição, por não serem bem vistos pela sociedade, a exemplo de Domingos Sodré, personagem apresentado em livro de mesmo nome, escrito por João José Reis (2008), que constituiu uma grande quantidade de bens através de suas práticas de adivinhação e cura. Disponha de escravos e praticava Candomblé em sua casa com o máximo de cautela e em terreiros afastados da cidade, distante do centro urbano para se proteger das denúncias.

No interior dos Candomblés, existe uma permanente rede de ajuda mútua, troca de favores, que termina por engendrar relações mais próximas, contatos mais efetivos e afetivos, muitas vezes consolidados pelo estabelecimento de laços religiosos duradouros. (BRAGA, 2005, p.47)

A sociedade baiana do século XIX acreditava que os terreiros representavam atraso e estavam cheios de vagabundos, criminosos que perturbavam a ordem e denegriam a moral e, por isso, precisavam ser banidos. Segundo João José Reis, acreditava-se que *“Nos bastidores do candomblé aconteciam verdadeiras orgias sexuais. Claro que, no geral, isso não passava de fruto da imaginação excitada de vizinhos”* (REIS, 2008, p.51). Atitudes que são fruto de um desconhecimento sobre a importância do Candomblé para o povo de santo, como chama atenção Donald Pierson:

A função social primária que o candomblé parece servir era a de reforçar, por meio de experiências coletivas de rituais e cerimônias, as atitudes e sentimento que distinguiam os “africanos” e seus descendentes da população europeia e da maior parte dos mestiços. Promovendo certa solidariedade e consciência de grupo, tendia a tornar mais lento o processo de aculturação. Ao mesmo tempo, as experiências do culto tendiam a satisfazer às necessidades humanas básicas de “correspondência” e de “consideração”. A solução de várias espécies de problemas pessoais por meio de conselhos e recomendações do sacerdote, ou sacerdotisa, ou do orixá “que se manifesta”, aliviava a tensão pessoal. E as animadoras afirmações, a respeito do destino, fornecidas pelas crenças religiosas, especialmente em momentos de crise, como pela morte de um amigo, íntimo ou parente, contribuíam para a necessidade universal de segurança. (PIERSON, 1971, p.330)

O Candomblé viveu sobre o olhar atento e repressor do estado, e por muitas vezes foi necessário silenciar para resistir, uma tradição¹⁷ marcada pela oralidade¹⁸ e

¹⁷ O conhecimento e a tradição não são armazenados, congelados nas escritas e nos arquivos, mas revividos e realimentados permanentemente. Os arquivos são vivos, são cadeias cujos elos são os indivíduos mais abios de cada geração. Trata-se de uma sabedoria iniciática. A transmissão escrita vai ao encontro da própria essência do verdadeiro conhecimento adquirido numa relação interpessoal concreta. É possível que essa modalidade tenha contribuído para a inexistência de uma escrita de origem Nãgô. A introdução de uma comunicação escrita cria problemas que ferem e debilitam os próprios fundamentos das relações dinâmicas do sistema. (SANTOS, 1986, p.51)

de um conhecimento para poucos. O saber sagrado como apresenta Lisa Earl Castillo, representou, sem sombra de dúvidas, uma maneira de preservar e ao mesmo tempo resistir:

O saber sagrado no candomblé é um saber esotérico, necessariamente de difícil acesso e divulgado apenas para um grupo restrito de pessoas. Nesse sentido, os fundamentos religiosos constituem, e devem constituir, um mistério, um enigma. Portanto, a democratização do saber, um dos valores fundamentais provenientes do Iluminismo e pela modernização ocidental, choca, fundamentalmente, com o caráter essencialmente secreto do saber no candomblé. E esta questão, do acesso diferenciado ao saber, é um alicerce do problema básico que a etnografia apresenta dentro da persistência dos terreiros. (CASTILLO, 2010, p.32)

O presente trabalho tem como objetivo identificar como a perseguição ao povo de santo era apresentada no Jornal A Tarde. No contexto analisado, é o que será discutido melhor no próximo capítulo. Sabe-se que as denúncias eram feitas à polícia, que tinha a função de manter a ordem. Nesse momento reprimir o culto afro é uma forma de manter a moral e os bons costumes. E assim aconteciam as batidas policiais no século XIX e início do XX. Várias pessoas eram levadas a se comprometerem a não mais praticar o Candomblé, poucos eram julgados uma vez que a prática religiosa não constituía crime, mas acabava sendo associada ao curandeirismo, ofensa ao cristianismo e uso de medicina ilegal.

¹⁸ A transmissão oral é uma técnica a serviço de um sistema dinâmico. A linguagem oral está indissolúvelmente ligada à dos gestos, expressões e distância corporal. Proferir uma palavra, uma fórmula é acompanhá-la de gestos simbólicos apropriados ou pronunciá-la no decorrer de uma atividade ritual dada. Para transmitir-se à, faz-se uso de palavras apropriadas da mesma forma que se utiliza de outros elementos ou substâncias simbólicas.

A oralidade é um instrumento a serviço da estrutura dinâmica Nàgô. A dinâmica do sistema recorre a um meio de comunicação que se deve realizar constantemente. Cada palavra proferida é única. Nasce, preenche sua função e desaparece. O símbolo semântico se renova, cada repetição constitui uma resultante única. A expressão oral renasce constantemente; é produto de uma interação em dois níveis: o nível individual e o nível social. No nível social, porque a palavra é proferida para ser ouvida, ela emana de uma pessoa para atingir uma ou muitas outras; comunica de boca a orelha a experiência de uma geração à outra transmite o à, concentrado dos antepassados a geração do presente. (SANTOS, 1986, p.47)

CAPÍTULO 2. “UM CANDOMBLÉ INCOMODATIVO”

Pedem-nos os moradores à rua 2 de julho que chamemos a atenção do chefe de policia para um candomblé ali existente. (A Tarde 12/08/1919)

Muitos são os discursos e os motivos pelos quais o Candomblé sofreu perseguições pelas mídias impressas na Bahia. Na sua maioria, carregados de preconceitos, os jornais ditos imparciais, impuseram seus posicionamentos e preferências religiosas, num país e numa Bahia onde a laicidade era constitucional e, em vias legais, eram permitidas todas as práticas religiosas. Porém, na prática, o cenário era outro, pois alguns cultos eram subjugados e criminalizados, em especial o Candomblé e seus adeptos.

Como já mencionado no capítulo anterior, tal perseguição também era institucional por parte do Estado, que se utilizava de um código penal que facilitava e dava brecha para que as batidas policiais acontecessem por diversos motivos e em especial pelo incômodo da vizinhança e pelo bem da moral e dos bons costumes. Haja vista, que os mesmos motivos das batidas estavam presentes em notícias dos mais diversos jornais que circulavam na cidade de Salvador, no tocante dessa pesquisa o Jornal A Tarde, quando a denúncia era a própria notícia ou mesmo a ação policial em alguma casa de Candomblé.

Seria o jornal um mero anunciador ou um agente da perseguição? Ao longo deste capítulo tentarei responder esta questão e entender esse grande veículo de comunicação e como ele se portava entre os anos de 1912 a 1937. Apresentando, primeiramente, uma abordagem histórica da perseguição aos candomblés a partir dos trabalhos já publicados sobre a temática, seguido da análise de algumas notícias e do diálogo com documentos da polícia à época, além de tentar reconstruir uma geografia dessa perseguição na Cidade de Salvador.

2.1. O Candomblé frente às perseguições midiáticas na Bahia

Do início do século XX aos dias atuais, diversos intelectuais se debruçaram sobre a temática negra e sobre os candomblés. Suas contribuições são inegáveis

à ciência e à sociedade, na medida em que colaboraram para desmistificar algumas crenças.

Nina Rodrigues, Edson Carneiro, Donald Pierson, Manuel Querino, Roger Bastide, Rute Landes, Arthur Ramos e Pierre Verger são alguns dos quais se propõem a discutir o negro e sua religiosidade. É bem verdade que o trabalho de Nina Rodrigues recebeu diversas críticas de diversos intelectuais, dentre eles Edson Carneiro, que dedicou grande parte do seu trabalho a esta causa (a causa negra).

Carneiro destaca o sincretismo muito presente no candomblé desde suas origens, *“Depois desse sincretismo assim dizer interno, viria o sincretismo maior, da mitologia nagô com as religiões brancas - o catolicismo e o espiritismo - com a mítica ameríndia.”* (CARNEIRO, p.43). Nascida no seio da escravidão e cheia de hibridismo, o candomblé sofreu desde seus primórdios com a repressão, que se intensifica com a República e as perseguições policiais. Carneiro tenta entender o *“Porque elas resistem apesar de tudo – apesar da estupidez das batidas policiais, apesar dos sorrisos irônicos dos balsés das avenidas.”* (CARNEIRO, p.32).

Resistir foi à única opção desde que homens e mulheres submetidos à escravidão chegaram a esse continente. Nesse processo de resiliência, muitas vezes foi necessário silenciar e agir com cautela e diplomacia, transmitindo seus conhecimentos a poucos. Mesmo agindo com maior discrição, não foi possível fugir às perseguições, muitas das quais apresentarei neste trabalho.

Muitos intelectuais como Reginaldo Prandi, Raul Lody, Vivaldo da Costa Lima, Nicolau Parés, Julio Braga, Lisa Castillo, entre outros, se dedicam a estudar sobre o candomblé e muitos outros trabalhos vêm contribuindo para entender o período de perseguição no pós-abolição. Júlio Braga, em 1995, apresenta:

A repressão policial aos terreiros de candomblé na Bahia se verificou permanentemente ao longo da primeira metade deste século. Pouco ou quase nada de sistemático se escreveu sobre isso, embora diversos autores façam referência às batidas policiais registrando, vez por outra, o acontecimento, com

auxílio de alguma notícia de jornal. Por outro lado, as pessoas dos candomblés também não se mostram muito interessadas em discutir o assunto. Parece existir uma espécie de restrição mental em torno de um dos mais sérios problemas enfrentados no passado recente pela comunidade religiosa afro-brasileira. A impressão que se tem é a de existir, na memória coletiva um velado interesse em esquecer as ações policiais que “varavam” templos sagrados, agredindo brutalmente líderes religiosos e quantos estivessem presentes no momento das famigeradas batidas, ferindo, assim, a dignidade do povo-de-santo.” (BRAGA 1995, p.21)

Um dos precursores no trato com a temática da perseguição, Júlio Braga, em um dos seus primeiros trabalhos, relata a necessidade de se trabalhar com a temática, e muitos outros pesquisadores passaram a se dedicar a esse estudo, utilizando diversas fontes, entre elas os jornais, a exemplo do trabalho de Edmar Ferreira.

A contar pelos inúmeros reclames da imprensa em relação aos descumprimentos das posturas municipais na cidade de Cachoeira, pode-se inferir que, de maneira semelhante à cidade de Salvador, os setores letrados locais e, também, a intendência municipal jamais conseguiriam ordenar os espaços públicos como imaginavam. Avessos aos costumes populares, eles tentavam interferir onde não demonstravam ter muita intimidade: o mundo das ruas. (SANTOS 2009, p.52)

Ferreira utiliza o jornal A Ordem para compreender a perseguição em Cachoeira e a forma como esse veículo de comunicação, feito por pessoas letradas, que nos primórdios da República representam uma parcela mínima da população, se utiliza de discursos para se posicionar frente às demais parcelas daquela sociedade e, em certa medida, impor seu modo de pensar, muitas vezes cercado de influências de ordem religiosa e política. Em outro trabalho, Gabriela Santos destaca o profundo desconhecimento da população em geral sobre os candomblés:

O “medo do feitiço” presente no imaginário da população, era naquele momento o artifício que poderia ser o mais eficaz para desqualificar a religiosidade afro-brasileira e seus adeptos.

Entretanto, nem todos os indivíduos estavam presos às amarras discriminatórias sobre as práticas religiosas afro-brasileiras, tinham aqueles que mesmo ouvindo os diferentes discursos que relacionavam o Candomblé a superstições e feitiçaria, iam à busca dos auxílios ou conselhos de pais e mães-de-santo, que cheios de sabedoria e humildade, estavam lá nos seus espaços sagrados sempre dispostos a ajudar. Desse modo, os adeptos a religião afro-brasileira, de um lado eram temidos e de outro eram requisitados por serem portadores de conhecimentos secretos e místicos e por sabiamente manipular os segredos das ervas e outros saberes adquirido dos seus ancestrais, podendo utilizá-los com as mais diferentes intenções. (SANTOS, 2013 texto apresentado no IV encontro estadual de História da ANPHU-BA)

E muitos outros trabalhos têm sido dedicados a analisar as perseguições aos candomblés e muitos deles, pela ótica dos jornais, gerando trabalhos de grande relevância para o campo da História. São vinte e dois anos passados do trabalho Na Gamela do Feitiço, de Júlio Braga, até aqui e ainda há muito a ser estudado.

2.2. A prática discursiva do jornal A Tarde entre os anos de 1912 a 1936

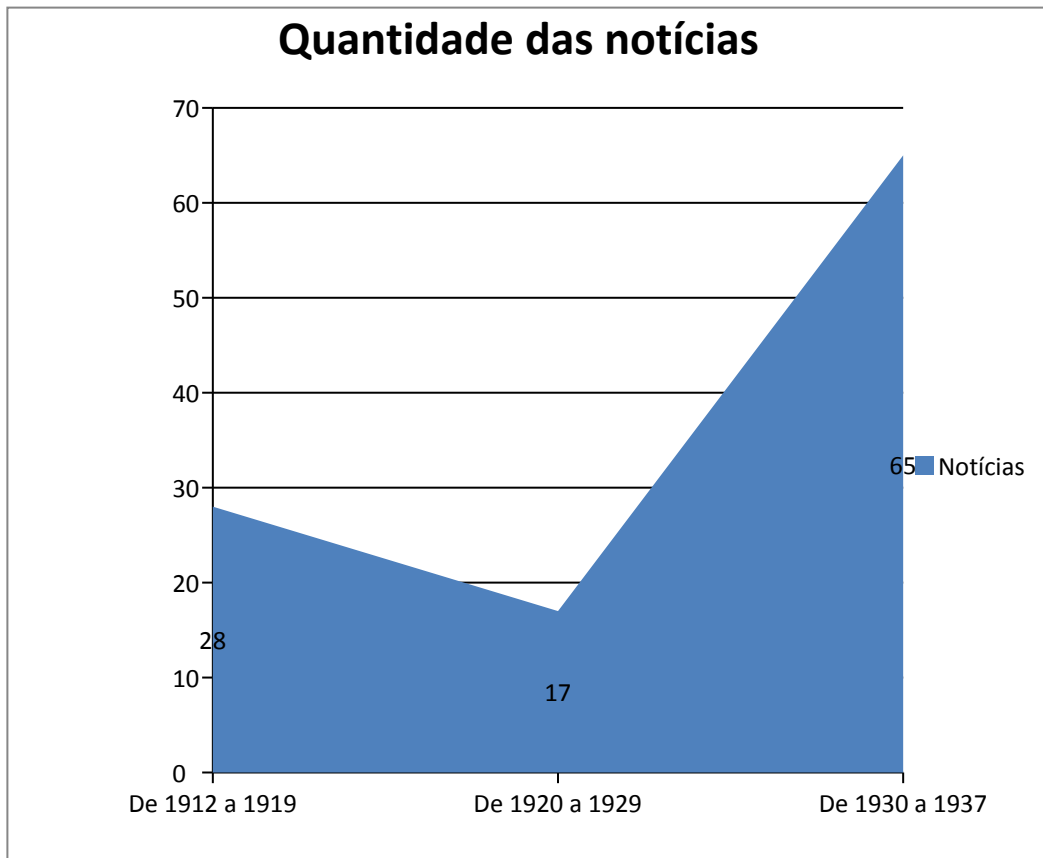
Pensar sobre um jornal, seja ele qual for, é pensar no seu papel e no seu “lugar-social”, enquanto comunicador e formador de opinião. Para tanto, nesse trabalho, e, sobretudo no trabalho do historiador, ao se deparar com uma fonte, é necessário questionar, identificar e analisar esse lugar e compreender que *“É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.”* (CERTEAU, 1982, p.56). A fonte principal desse trabalho é o jornal *A Tarde*, que tem a sua história marcada pela oscilação de posicionamentos políticos, ora como um jornal da situação, ora como da oposição. No primeiro capítulo já apresentamos um pouco sobre sua história, e tratando-se desse periódico, concordamos com Meire Reis quando diz que:

Não obstante, concluímos, pelo contrário que a “grande imprensa” é de fato um instrumento de produção e reprodução das ideias e representações de uma sociedade a partir de certos pontos de vista predominantes ou heterogêneos. (REIS 2000, p.11)

Deparamo-nos aqui com um periódico que muito provavelmente seja mais que um comunicador ao noticiar sobre o Candomblé, tenha por vezes o papel de algoz, de um agente da perseguição. E, ao produzir uma análise sobre o mesmo, faz-se necessário um olhar atento para o não dito, para aquilo que está implícito no discurso, seja na abordagem como veremos ou mesmo no local onde as notícias aparecem no meio do jornal e, na grande maioria, nas últimas páginas.

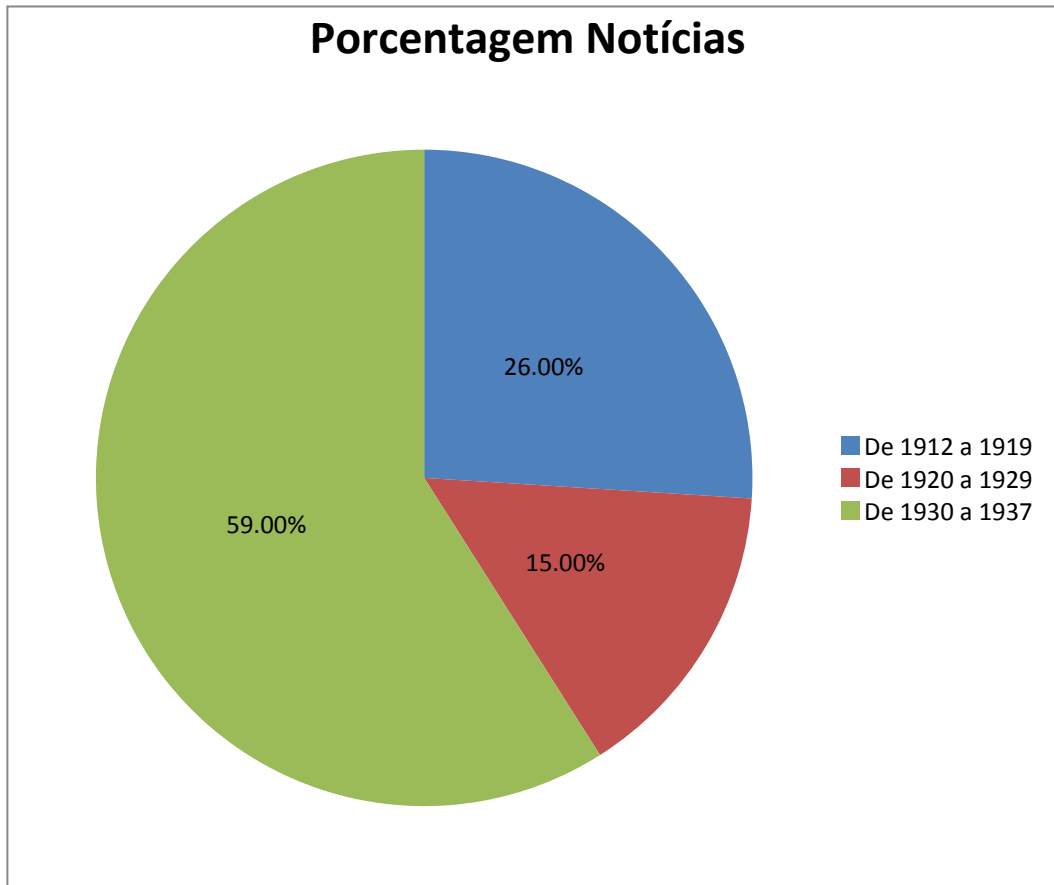
Ao analisarmos as notícias do jornal A Tarde, podemos entender como funcionavam as perseguições aos Candomblés em Salvador entre os anos de 1912 a 1937. Neste trabalho analisarei 110 notícias distribuídas neste período, pois restrinjo minha pesquisa a averiguar o conteúdo daquelas que aparecem explicitamente o termo Candomblé. Abaixo uma tabela quantitativa:

Gráfico 1 - Quantidade de Notícias do Jornal A Tarde.



São perceptíveis as mudanças em relação ao destaque dado ao texto das matérias, pois, nos primeiros cinco anos do período estudado, o espaço ocupado por denúncias ou reportagens sobre o povo de santo é infinitamente menor aos utilizados nos anos seguintes, nos quais se destacam 1930 e 1937 com um maior número de matérias sobre os terreiros, ainda carregadas do discurso modernizador muito utilizado no segundo mandato de J.J Seabra, que intensifica a perseguição aos Candomblés, a fim de cumprir com seu ideal civilizador e modernista. Deixando as notícias do ano de 1937 para o último capítulo, e, como podemos ver abaixo, foi na década de trinta que ficou concentrada a maioria das notícias, sendo em 1937 ao todo 19 notícias.

Gráfico 2 - Porcentagem de Notícias do Jornal A Tarde.



No geral, as notícias são decorrentes de uma denúncia de pessoas vizinhas ao terreiro de Candomblé. Pode-se perceber que a própria denúncia pode ser a notícia. Percebe-se que o periódico traz um espaço para as denúncias de insatisfação do povo, espaço que até 1925 tem o título de “Queixas do Povo”. Em 1928, ela muda de nome para “Eu venho me queixar”, ficando mais claro que o texto da coluna é fruto de uma insatisfação do povo. Dois anos depois a coluna muda novamente de nome para “Queixas e Reclamações”.

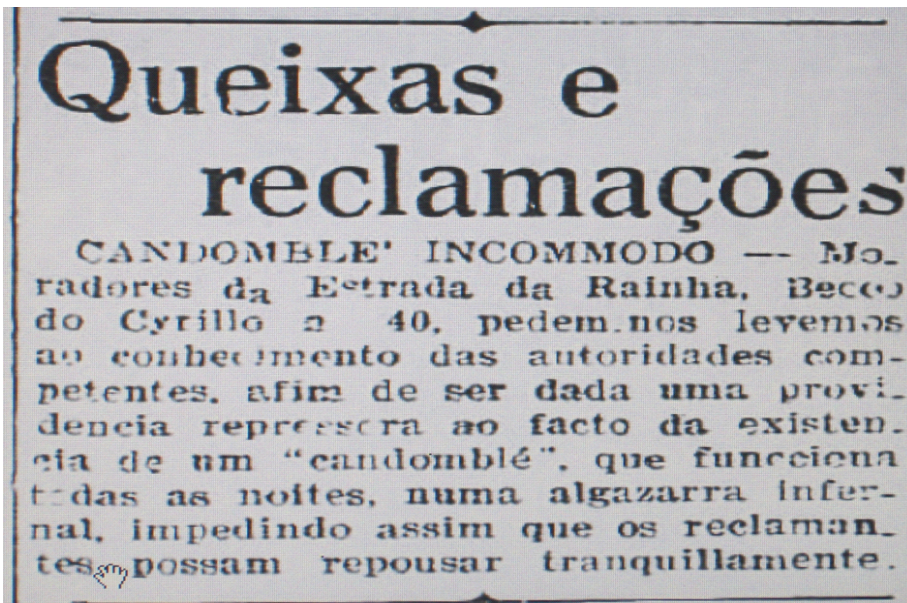


Figura 4 - Jornal A Trade de 12 de dezembro de 1930

Independente do nome e do ano, esta coluna sempre apresenta a mesma estrutura. Traz a denúncia da população e muitas vezes de um determinado terreiro que está incomodando a vizinhança, pedindo providências à polícia para resolver o impasse. Apresenta, ainda, os espaços de culto aos Orixás como locais que, além de perturbar a tranquilidade, estão cheios de ladrões e vagabundos que ficam até altas horas da madrugada a produzirem batuques. O discurso acima é influenciado pelas teorias científicas:

As teorias científicas europeias desenvolvidas na Europa exerceram fortes influências sobre os estudos brasileiros, que geralmente as adaptavam à nossa realidade. Teóricos como Silvio Romero e Euclides da Cunha, entre o final do século XIX e início do XX, e Oliveira Viana, já na década de 20 deste século, adaptaram o Darwinismo Social, acrescentando a teoria de Cesare Lombroso sobre a relação entre raça e criminalidade aos seus estudos sobre a criminalidade. (REIS, 2001, p.35)

A coluna relata que diversas pessoas denunciaram, mas não está implícito quantas, *“Nas linhas e entrelinhas, buscam-se histórias individuais e de grupos*

sociais. Perseguidores, defensores e perseguidos. Tensões e estratégias de resistência". (SANTOS, 2009, p.24).

“Os Crimes de Morte da Bruxaria: “A Tarde” acompanhou a exumação do cadáver de Porphyria, em Itapoan”, esse era o título em primeira página do dia 5 de fevereiro de 1916, no corpo da notícia elogios ao delegado Cabral por ter conduzido a diligência fúnebre ao cemitério do arriaiá, “no caso da bruxaria curandeira e assassina”. Segundo a notícia Porphyria foi explorada pela vagabundagem que se comunica com poderes ocultos nos centros espíritas e nos esconderijos dos santos dos terreiros de Candomblé (seria uma associação ingênua entre espiritismo e candomblé, por desconhecimento ou não se trataria de um Candomblé e sim de uma casa de Umbanda).

O corpo foi exumado e levado para o Instituto Nina Rodrigues, depois de diversas testemunhas reconhecerem a cova e com dificuldade o corpo. Já o autor do crime, o “Bruxo Daniel”, foi preso e em sua casa, segundo a reportagem, foram encontradas provas de que o mesmo trabalhava com o uso da medicina ilegal, e o desdobrar do caso segue numa próxima reportagem que infelizmente não tivemos acesso, num discurso pautado na criminalização da crença em torno das práticas de cura e das tradições como veremos na próxima notícia.

“A indústria criminosa da Bruxaria: Nossa reportagem surpreende a cura de um demônio – Os suplícios. ‘A Polícia no esconderijo do curandeiro’”, essa é a notícia de 16 de setembro de 1916. Abaixo um trecho dela:

A Bahia, com certeza é o centro em que é maior o número de vagabundos, de vadios que vivem a larga com os proventos da exploração, da ignorância fanatisada, da credence em poderes occults. (A Tarde, 16/09/1916)

No decorrer, mais uma vez é estabelecida uma confusão entre espiritismo e candomblé, definidos como aqueles que exercem a medicina das garrafadas e até mesmo tóxicos, citando o caso da Porphyria Maria, vítima do curandeiro Daniel, que, segundo o jornal, o caso aconteceu por falta de uma ação mais efetiva da polícia. O

periódico deixa evidente o seu posicionamento em favor da repressão e das perseguições às práticas religiosas e culturais dos povos de matrizes africanas, ressaltando aqui como vagabundos enquadrando no Art. 399 e nos artigos 156, 157 e 158 por exercer a medicina ilegal de acordo com o Código Penal, de 1889.

Teria o jornal recebido por três dias várias denúncias de vizinhos e, diante das mesmas, o A Tarde sai em busca na notícia e, como ele mesmo se intitula, assumindo o papel de salvador, aquele que estava evitando mais uma morte, fazendo uma crítica à ineficiência do Estado e da polícia.

Na localidade de Pirajá Antônio Francisco de Oliveira, mais conhecido como Antônio Sapateiro, estava a curar um rapaz que, segundo ele, estava possesso. O repórter foi ao local e acompanhou nos mínimos detalhes o procedimento de cura e, por fim, a polícia cerca a casa e leva os envolvidos a prestar esclarecimento.

Em 1918, dez notícias são encontradas, na sua maioria, na coluna Queixas do Povo, uma do primeiro semestre do ano e as demais do segundo, mas três chamaram a atenção, ambas com continuação. No dia 17 de setembro, moradores reclamam de um terreiro de Candomblé na Rua do Gado, no Barbalho, onde o pai de santo não colabora com os pedidos da vizinhança. No dia 18, o subdelegado do distrito de Sando Antônio informa ao A Tarde que as acusações são sem fundamentos e que se trata apenas de uma perseguição por parte dos moradores para com uma senhora. Em 27 do mesmo mês, um abaixo assinado de moradores da Rua do Gado contra o já referido candomblé.

Outras duas notícias se referem ao Gantois. Uma na imagem abaixo e a outra do dia 27 que dá mais informações sobre a diligência. Na sua maioria, as notícias continuam sendo decorrentes das denúncias, mas existem casos isolados, como o apresentado a seguir:

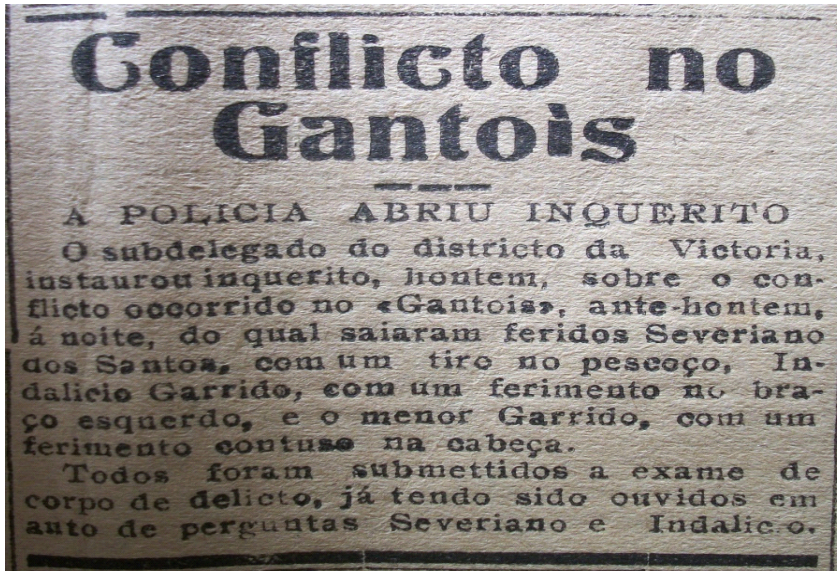


Figura 5 - Jornal A Tarde de 20 de setembro de 1918

No dia 19 de janeiro de 1922, o jornal noticia uma briga que começa em frente a um candomblé, cujo título é “A Surra”. Um indivíduo chamado Alberto insulta e zomba da prática religiosa de Sílvio, sujeito conhecido como arruaceiro. O motivo da briga é simplesmente negligenciado e colocado em segundo plano. O que a notícia destaca é o tipo de pessoa que frequenta os terreiros, e que um simples riso pode incomodar tais bárbaros e transformar um pobre lavrador em vítima. Para o jornal o fato de Alberto ter zombado da religião de Sílvio não dá direito a ele de se incomodar ou mesmo se vingar por isso. Ele pensa assim, pois tem o mesmo estranhamento que Alberto em relação ao povo de santo, o que na perspectiva da época o considera como bárbaro, assim como sua religião, o que para o jornal justifica a atitude de Sílvio. Afirmando, assim, uma necessidade de controle dessa população.

Segundo Edmar Ferreira Santos, a elite governante de Cachoeira, influenciada por um ideal modernizador do século XX buscou controlar e reprimir a população negra. Apesar de falar especificamente de Cachoeira, podemos facilmente transpor suas ideias para Salvador que também estava passando pelas mesmas transformações. As imprensas de ambas apresentam um discurso de que:

Tornava-se imprescindível manter o controle sobre a população negra, agora livre, que não parava de crescer com as levas de

migrantes vindas de outras localidades do interior do Estado. Percebe-se nesse momento uma intensificação do discurso pela segurança pública, visando a manter a ordem e a civilização. (SANTOS, 2009, p.21)

Em 14 de outubro de 1922, o *A Tarde* apresenta a notícia: “Os Candomblés novamente em cena”, que falava de uma diligência policial na Lapinha. Nesta ocasião, foram apreendidos objetos de culto e quatro pessoas, dois mulatos e dois médicos, ambos denominados de malucos. O que chama atenção nessa reportagem é a presença de dois médicos em um culto a orixás, pessoas letradas que eram adeptas de um culto considerado atrasado e incivilizado. O jornal se mostra surpreso com o envolvimento dos médicos, e, por conta da presença dos mesmos, substitui o termo “vagabundos”, constantemente utilizado quando se referem aos adeptos do candomblé, por malucos: *“A linguagem utilizada era “sintoma” de uma concepção que colocava a ciência como verdade última e dava à imprensa a posição de sua porta-voz, diante do público”* (REIS, 2001, p.37) com foco na religião vista como infernal, que recomendam almas ao inferno.

Edmar Ferreira Santos chama atenção para o olhar da imprensa quanto aos *“hábitos, gestos e falas dos populares, alvo de rigorosa censura, representavam aos olhos da imprensa verdadeiros atentados à moral e aos bons costumes”* (SANTOS, 2009, p.27). Segundo essa perspectiva de analisar as práticas religiosas de homens e mulheres negras como algo ruim e pervertido, segundo Meire Reis, *“A imprensa transformava-se num braço direito da polícia e da justiça, e assim qualificava-se cada vez mais como meio de comunicação respeitável e também “promotor de bem público””*. (REIS, 2001, p.125)

Dentre as notícias analisadas, o ano de 1926 chama atenção na quantidade e como o termo candomblé aparece. Para Pierre Verger:

A palavra Candomblé, que designa na Bahia as religiões africanas em geral é de origem bantu. É provável que as influências das religiões vindas de regiões da África situadas nas imediações do quadro não se limitem apenas ao nome das cerimônias, mas também dado aos cultos gêge e nagô, na

Bahia, uma forma que os diferencia, em certos pontos, dessas mesmas manifestações na África. (VERGER, 1997, p.21).

Palavras que sempre aparecem entre aspas assim como roça e terreiro, sendo essa última palavra associada ao candomblé por conta de as casas de candomblés estarem afastadas do centro urbano e com um contato maior com a natureza. E, tratando-se do terreiro, este é o espaço onde é possível que todos se acomodem para os cultos. As notícias também demonstram um estranhamento ou mesmo preconceitos com os termos pai e mãe de santo, porque os mesmos também aparecem nas reportagens sempre em destaque ou com aspas.

Neste ano duas notícias me chamam atenção, a primeira é de 26 de abril:

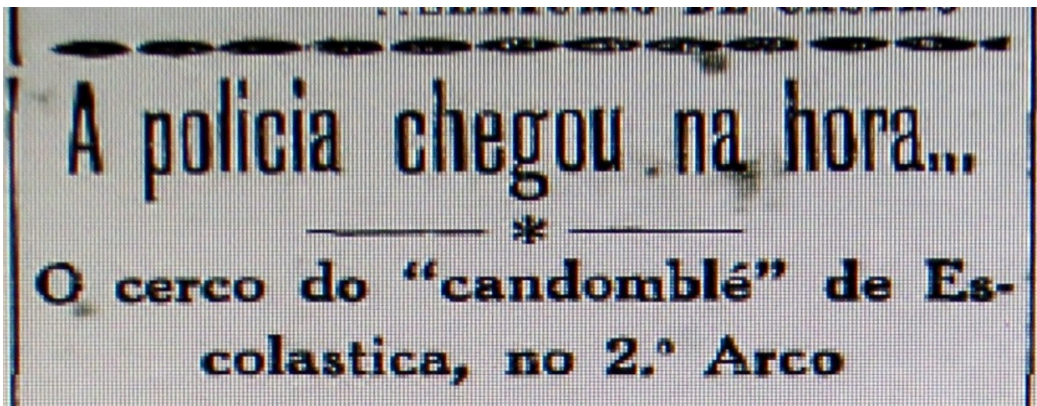


Figura 6 - Jornal A Tarde de 26 de abril de 1926

A imagem acima mostra o título da notícia que faz uma referência ao horário da batida policial no terreiro de Mãe Menininha, depois de diversas denúncias e, quando o culto estava mais animando por volta das 23h00min, a polícia chega e, como a própria notícia diz, ela acaba com a festa.

O culto aos orixás¹⁹ é descrito como algo infernal e “A imprensa baiana ajudou a construir um estereótipo peculiar que associou a feitiçaria, quase que exclusivamente aos candomblés e à “raça africana” e a seus descendentes”. (SANTOS, 2009, p. 31/32). Podemos ainda identificar o olhar da elite sobre o culto

¹⁹ PRANDI, Reginaldo. Mitologia dos Orixás. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VERGER, Pierre Fatumbi. Orixá: Deuses Iorubás na África e no Novo Mundo. Salvador: Corrupio, 1997.

afro e que “Os setores letrados da cidade criticavam todo e qualquer sinal que identificasse o cenário urbano com o atraso”. (SANTOS, 2009, p. 25). No início do século XX o ideal modernizador e higienista tomava conta da cidade, e existia uma busca por excluir tudo aquilo que representava atraso, a exemplo do Candomblé, religião vista como imoral reprodutora de barulhos infernais e símbolo de atraso.

No corpo do texto, a reportagem critica o barulho, classificando-o como infernal e, ao mesmo tempo, elogia aqueles que tocam, definindo-os como hábeis e disciplinados. O mesmo ainda relata que todas as pessoas envolvidas no momento da: *“A’ chegada da polícia, houve um reboiço formidável, o que não impediu, porém, fossem fígados o “pae de terreiro”; “filhas” e “filhos” de “santos”, a dona do terreiro, Escolastica de tal e assistentes em numero de 20 pessoas ao todo”* (Jornal A Tarde, 26/04/1926). O termo “fígados” nos dá uma ideia de que foram presos ou levados a prestar esclarecimentos, no entanto, não deixa claro o destino dado a eles, o que pode ser por conta da influência que Mãe Menininha tem diante da sociedade, no período, por conta de suas relações sociais e sendo a mesma dona do Candomblé em questão.

Ao participar do III Encontro de Nações de Candomblé e I Simpósio de Estudos da Religião Afro-Brasileira, entre os dias 24 e 26 de setembro de 2013, em Salvador, uma pergunta era recorrente entre pesquisadores e adeptos. Qual destino dado aos objetos recolhidos nas batidas policiais. E nessa reportagem além de descrever e identificar suas funções, ela apresenta um destino para os objetos apreendidos. Pois, no fim da reportagem ela traz a seguinte informação: *“Quem lucrou com o negócio foi o Instituto Histórico, que enriqueceu suas coleções no particular. Hoje, o Dr. Bernardino de Souza foi receber seu presente”* (Jornal A Tarde, 26/05/19926). O que identifica um destino (um de muitos) para aqueles objetos e ao mesmo tempo demonstra um interesse existente no que diz respeito ao âmbito das pesquisas sobre esses objetos.

O terreiro²⁰ da notícia é o Ilê Iyá Omin Axé Iyámassê, conhecido como Terreiro

do Gantois, pois foi fundado em terras que doravante pertenciam a um estrangeiro com este sobrenome (Gantois). Sua fundação é datada em 1849 por Maria Júlia da Conceição Nazaré, que era Filha de Santo de Marcelina da Silva, proveniente da Casa Branca no Engenho Velho (Ilê Axé Iyá Nassô Oká). Com sua morte, sua filha Pulchéria assume a casa e segue à frente desta por dois anos. Logo após vem a falecer e é sucedida por Maria dos Prazeres Nazaré (NOGUEIRA, 2015).

Em 18 de fevereiro de 1922, Escolástica Maria da Conceição (também conhecida como Mãe Menininha²¹ do Gantois) que nasceu no dia 10 de fevereiro de 1894, filha de Maria dos Prazeres Nazaré, aos 26 anos de idade assume o maior posto hierárquico do terreiro. Dando início a um trabalho de preservação da memória mesmo enfrentado em muitos momentos situações de repressão ao culto dos orixás, sobretudo nos primeiros anos ao assumir a casa. Depois as relações sociais estabelecidas na cidade mudam esse contexto, que coincidem com o período onde o temido Pedro de Azevedo Godilho (O Pedrito) era delegado entre os anos de 1920 e 1926 (NOGUEIRA, 2015).

O som²² dos atabaques que animava, era importante para o culto, mas também motivava a maioria das denúncias. Em 12 de novembro de 1926, a polícia saiu em busca de um candomblé. O som que foi o pivô da batida também favoreceu na identificação da localização do terreiro, pois este era um pouco afastado da cidade e a notícia diz que os policiais se perderam e seguiram o som dos atabaques, e, *“para dar cumprimento à ordem moralizadora, partiram às 10 horas com destino ao local indicado pelas queixas o tenente Santa Barbara, guarda 35 e um funcionário da 3ª delegacia”* (Jornal *A Tarde*, 12/11/1926). O trecho destacado chama atenção pela palavra “moralizadora”, que faz referência aos candomblés como perturbadores da moral e dos bons costumes.

²⁰ Nogueira, Barbara Santana. O cerdo do “candomblé” de escolástica: notícia de uma batida policial no terreiro do Gantois em 1926. In: congresso de história regional, 7; 2015, Maringá. Anais... Maringá: cih, 2015. P. 99 - 107.

²¹ SILVA, Carmem Oliveira da. Memorial Mãe Menininha do Gantois: Seleta do acervo. Salvador:Ed. Omar G, 2010.

²² CARNEIRO, E. 1981. Religiões Negras/Negros Bantos. 2ª ed., Rio de Janeiro/Brasília, Civilização Brasileira/INL.

A notícia acima descrita apresenta no início do seu texto o Culto afro como uma instituição da Bahia: O *“candomblé” é ainda uma instituição da Bahia. “Dir-se-ia que ele tem parentesco com esses bonecos teimosos, que não ficam nunca deitados, a não ser se a gente os obrigue, à força”* (Jornal A Tarde, 12/11/1926). O que demonstra que a visão sobre esta religião pode estar mudando. No entanto, destaca ainda que é preciso reprimir para não voltar a incomodar, deixando claro que *“A imprensa parece ter sido mais combativa na perseguição aos batuques do que as autoridades policiais, assumindo de maneira mais contundente o discurso de “civilizar os costumes”* (SANTOS, 2009, p.57).

Quase de forma unânime o candomblé que aparece no “Periódico representava essas festas como “bárbaras”, “supersticiosas” e “promíscuas”, lançando contra tais celebrações uma campanha sistemática de denúncias que, em última instância, exigia a atuação da polícia”. (SANTOS, 2009, p.51)

Em 1928 uma notícia intitulada de *Artes: Os concertos de MME. VI. Gnale no “baiano de tennes”*. Num festival de música onde o jornal diz ter acontecido numa elegante tarde, que, pela primeira vez, traz melodias que remetem aos candomblés e seus orixás, ganhando ainda o canto de Xangô que imita o atabaque dos terreiros. Sendo assim, necessário é perceber que *“Os pesquisadores são unânimes em reconhecer que tolerar ou reprimir dependia da hora e das circunstâncias, embora o estilo pessoal de uma autoridade ou senhor pudesse ser decisivo”*. (SANTOS, 2009, p.51).

Trazendo uma abordagem diferente das demais notícias referentes ao candomblé, desta vez ele é colocado em posição de valor. E podemos dizer que esta nova visão sobre a herança negra é provavelmente favorecida pela figura dos ogãs, pessoas influentes que frequentavam ou simplesmente simpatizavam com os candomblés. No entanto, não devemos esquecer que *“as denúncias publicadas na imprensa buscavam alarmar e formar a opinião da sociedade. Eram direcionadas, em última instância, à polícia, da qual se exigia pôr um ponto final nos encontros de negros”*. (SANTOS, 2009, p.59)

Ao pesquisar sobre perseguição aos candomblés percebe-se que este sofreu com a repressão desde seu princípio. Aqui foi analisado somente uma de muitas formas de repressão ao povo de fé, tão cruel quanto às outras, pois coloca sobre o sofrimento do outro um olhar frio, dissemina ideias preconceituosas contra os terreiros, influenciando e sofrendo influências.

O teor das notícias consiste basicamente em denunciar o culto aos orixás, que acontecem durante a noite, na qual o barulho produzido incomoda a vizinhança, que desconhece a importância do som para o povo de santo. E assim Lima Barreto identifica que:

O som dos atabaques foi se constituindo num chamado, foi se tornando uma senha para que se agrupassem. Buscassem juntos o resgate de suas identidade tribais, de seus costumes familiares deixados para trás, de sua sabedoria milenar e da ciência das folhas que curam e também podem matar. (BARRETO, 2009, p.32)

As notícias contribuem e influenciam na criação de um discurso no qual o Candomblé é visto como algo ruim e diabólico. *“Enfim, candomblé equivalia a feitiçaria na mentalidade ajustada e na ideologia hegemônica da época”* (REIS, 2008, p. 106), imaginário que se propaga e se sustenta na ignorância e no preconceito da sociedade baiana da década de 1920, marcada pelas teorias modernistas e higienistas.

Numa luta cotidiana, o candomblé buscou seu espaço:

Todavia, tal sucesso, eu insisto, não decorreu de uma negociação tranquila como a sociedade, uma vez que o candomblé viveu quase sempre por um fio, pressionado por denúncias de gente grande e pequena, sobretudo da imprensa, e a conseqüente repressão policial. (REIS, 2008, p.26)

Pode-se perceber que a abordagem presente no jornal A Tarde é uma influenciada pelas teorias raciais e ainda carregada de resquícios da escravidão. E, também, que o culto afro era visto como algo incivilizado e seus adeptos eram discriminados.

2.3. A geografia da perseguição



Figura 7- A cidade de Salvador²³

Dentro das particularidades do tempo, é possível perceber e compreender um determinado espaço seja ele geográfico ou espiritual, do ponto de vista da historiografia ele:

Caracteriza por uma predominância das particularizações de lugar sobre as particularizações de tempo. Por aí também se distingue da biografia. Obedece à lei da manifestação, que caracteriza este gênero essencialmente "teofânico": as discontinuidades do tempo são esmagadas pela permanência daquilo que é o início, o fim e o fundamento. A história do santo se traduz em percursos de lugares e em mudanças de cenário; eles determinam o espaço de uma "constância". (CERTEAU, 1982, p.251)

Esse espaço sagrado que, para Mircea Eliade, é uma teofania, é um local de comunicação, de manifestação com o sagrado. No Candomblé, ele se apresenta no

²³ CIDADE DE SALVADOR. Disponível em <<http://www.cidade-salvador.com/lacerda/national-geographic-2.htm>> 01 de junho de 2017.

Terreiro em comunicação constante com os elementos da natureza. E assim descreve Edson Carneiro:

Na Bahia, as práticas religiosas dos negros se realizam em grandes barracões de arquitetura primitiva, chamados *terreiros* ou, mais comumente *candomblés*. Estes terreiros situam-se nos pontos mais afastados da Cidade, de preferência nos bairros proletários, – Caminho do Rio Vermelho, Estrada da Liberdade, Fazenda Garcia, Brotas, Federação, Amaralina, Bate-Folha, São Caetano, Cabeceiras da Ponte, etc. Nos subúrbios, principalmente em parafuso. Há ainda candomblés afamados por toda a zona do Recôncavo, em Cachoeira, Santo Amaro, São Gonçalo dos Campos, Vila de São Francisco, Feira, Mar Grande (Ilha de Itaparica) , Passé, etc. No interior, quando calha, o candomblé se realiza mesmo ao ar livre. Em geral, porém, o terreiro é uma sala de tamanho regular. No meio, há um quadrado onde se assentam os agês e outras pessoas gradas e onde dançam as filhas-de-santo. Em volta, há bancos para os assistentes, na maioria negros. (CARNEIRO, 1981 p. 49)

Para as religiões de matrizes africanas os espaços assumem ainda a representação histórica de um local de resistência, de preservação de uma identidade ligada à ancestralidade, onde os elementos culturais e sagrados são preservados. Ao atravessar o Atlântico, homens e mulheres escravizados, arrancados dos seus locais de origem, obrigados a assumir uma identidade e uma religião cristã se utilizam da força da memória para unir crenças numa relação de hibridismo, constituindo uma nova religião com elementos de grande relevância para aqueles indivíduos. Definido por Raffestin:

Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento a acessibilidade. Sendo que a distância pode se apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos. A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural, que resulta em jogos de oferta e procura, que provém dos indivíduos e/ou grupos. Isso conduz a

sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território. Não somente se realiza uma diferenciação funcional, mas ainda uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, que contribui para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações. (RAFFESTIN, 1993, p.8)

Reconhecido o Candomblé como um espaço de resistência, faz-se necessário compreender que este, diferente da religião cristã, oficial no país durante o momento de Formação dos terreiros (apesar de existindo uma relação sincrética), é diverso nas suas nações, partilha de práticas comuns e divergem em outras específicas. Para além do espaço sagrado e da religião, estabeleceu-se em Salvador, uma cidade em transformação e adaptação:

O que percebemos, no princípio do século XX, é uma tentativa de adequar a área urbana às demandas de uma sociedade que aprende a viver sem a mão-de-obra escrava, que tenta adaptar-se às novas tecnologias e às transformações sociais e estruturais ocorridas nos últimos anos do século anterior, como a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. (PINHEIRO, 2011, p.216)

Na primeira metade do século XX, Salvador já não era uma cidade em decadência econômica. A má comunicação com outras regiões, sobretudo a cacaueteira (produto que crescia naquele momento), em especial pela distância da capital, e o açúcar já não era o grande produto. De um crescimento lento e marcado por reformas urbanísticas Salvador é:

A capital de um estado acanhado e subdesenvolvido, apesar de ser o mais rico do nordeste do Brasil. Sem dúvida, a cidade segue vivendo de suas glórias passadas, de seu antigo prestígio de metrópole comercial, centro administrativo e religioso. Seu perda do compasso chega a leva-la a não saber adaptar-se às novas exigências de um país independente, a não tentar investir em indústrias locais e a não tirar proveito de riquezas não agrícolas.” (PINHEIRO, 2011 p.192)

Em 1912, o município era constituído por 20 distritos: Salvador, Brotas, Conceição da Praia, Cotegipe, Itapuã, Maré, Mares, Matoim, Nazaré, Paripe, Passé, Penha de Itapagipe, Pilar, Pirajá, Rua do Paço, Santana, Santo Antônio Além do Carmo, São Pedro, Sé e Vitória. Entre os anos de 1920 a 1933 essa divisão sofre algumas alterações, vejamos:

Pela Lei Municipal n.º 1.077, de 03-08-1920, é criado o distrito de Aratu e anexado ao município de Salvador.

Pelo Decreto n.º 7.479, de 08-07-1931, foram anexados ao município Salvador as Ilhas de Bom Jesus, Frades, Madre de Deus e Santo Antônio.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é Capital do Estado e aparece constituído de 24 distritos: Salvador, Aratu, Brotas, Candeias, Conceição da Praia, Cotegipe, Itapoã, Maré, Mares, Matoim, Paripe, Passé, Nazaré, Penha de Itapagipe, Pilar, Pirajá, Plataforma, Rua do Paço, Santana, Santo Amaro do Ipitanga, Santo Antônio Além do Carmo, São Pedro, Sé e Vitória. (IBGE)²⁴

Em 1937, Salvador está dividida em 12 distritos urbanos e 12 suburbanos:

Tabela 1 – Distritos de Salvador em 1937

DISTRITOS DE SALVADOR EM 1937	
Urbanos	Suburbanos

²⁴ IBGE. Disponível em <<http://IBGE.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=292740&search=bahia|salvador|infograficos:-historico>> 18 de janeiro de 2017

<ul style="list-style-type: none"> • Brotas • Conceição da Praia • Mares • Nazaré • Penha (ex-Penha de Itapagipe) • Pilar • Rua do Paço • Santana • Santo Antônio • São Pedro • Sé • Vitória 	<ul style="list-style-type: none"> • Aratu • Candeias • Cotegipe • Itapoã • Maré • Matoim • Paripe • Passé • Pirajá • Periperi • Plataforma • Santo Amaro de Ipitanga.
--	--

Ao longo dos anos pesquisados, a cidade tem um significativo aumento populacional entre os anos 1920 e 1940, respectivamente, o número havia de 290.443 para 471.235 pessoas de acordo com o IBGE.

Diante dessas mudanças geográficas o candomblé segue estabelecendo sua relação com a sacralização de determinados espaços, sobretudo pelo distanciamento dos centros urbanos decorrente das perseguições e por estar mais perto da natureza. Um dado interessante apresentado por Jocélio Teles em Mapeamento dos Terreiros de Salvador²⁵ é que, nas décadas de vinte e trinta, a quantidade de terreiros mais que dobrou, além de se localizarem mais afastados do centro. Nas notícias do A Tarde, foi possível identificar um pouco dessa configuração devido às localidades apresentadas no corpo do texto, como podemos ver abaixo:

Tabela 2 – Localidades que aparecem nas notícias

²⁵ SANTOS, Jocélio Teles dos (Coordenador); Mapeamento dos terreiros de Salvador. Salvador, Ufba, Centro de Estudos Afro-Orientais, 2008.

LOCALIDADES QUE APARECEM NAS NOTÍCIAS		
Localidades	Quantidade de vezes que aparecem	Anos nos quais aparecem
Alto do abacaxi	1	1935
Alto do candomblé	1	1937
Areia da Cruz do Cosme	1	1936
Alto do formoso	1	1937
Alto da capela, Beco do Martiná	1	1919
Alto da capelinha	1	1926
Baixa da Capelinha	1	1919
Bonfim	1	1922
Barbalho	1	1918
Cabula	1	1918
Caixa D'água	1	1937
Cidade de Palha	5	1930, 1936, 1937
Coqueiros da Piedade	1	1918
Dois de Julho	1	1919
Engenho Velho	1	1937
Estrada da Liberdade	3	1935, 1936
Estrada da rainha	1	1930
Fazenda Grande, Volta do Mucumbe	2	1912, 1926
Federação	4	1912, 1918, 1926, 1931
Itapoã	1	1916
Lapinha	2	1917, 1922

Largo dos Mares	1	1937
Mata Escura	1	1920
Matatu	2	1925, 1934
Porto dos Santos em Mar grande	1	1924
Quinta da Barra	1	1937
Quinta das Beatas	1	1926
Rio de São Pedro	1	1928
Rio Vermelho	1	1914
Rua do Fogo, Estrada do Cabula-1912	1	1912
Rua do Gado	1	1931
Rua do Meio, Itapagipe	1	1931
Rua do Tijolo	1	1917
Rua São Pedro, Distrito da Vitoria	1	1913
São Caetano	4	1916, 1924, 1925, 1930
Santo Antonio	1	1931
Zona do Uruguay	1	1934

Na sua maioria, as localidades estão mais afastadas do centro da cidade, mas sem se desvencilhar da estrutura de cidade alta e baixa, para além dos muros da cidade, para além do limite:

O limite é, portanto uma classe geral, um conjunto cuja fronteira é um subconjunto. Ainda aí é particularmente estranho que só a fronteira tenha uma conotação política enquanto, de fato, todo limite possui uma, nem que seja só pelo fato de ele ser sempre a expressão de uma manifestação coletiva, direta ou indireta. (RAFFESTIN, 1993, p.19)

A cidade Baixa era o centro comercial grossista e a cidade Alta, varejista, e os limites da cidade vinham ganhando novos rumos desde o século XIX com o surgimento de novos bairros e a expansão de seus limites geográficos e, no momento que as reformas urbanísticas²⁶ chegam a Salvador, passa a existir uma preocupação com a estética, com a salubridade, com a setorização e a fluidez. O que acaba fulminando num controle maior das populações mais pobres e, conseqüentemente, numa intensificação das perseguições aos candomblés, sobretudo nas regiões mais periféricas.

2.4. Nas páginas policiais

É sabido que nem toda batida policial gerava um processo, mas diante dos nomes que aparecem nas notícias do A Tarde e, mesmo com a dificuldade em encontrar processos do período em estudo, foi possível encontrar um habeas corpus, um processo crime no Arquivo Público do Estado da Bahia. O crime cometido pelo Salvador de Jesus, que tem seu desenrolar descrito em algumas reportagens e no documento referente a seu habeas corpus que foi encontrado na seção do judiciário do APEB.

No ano 1930, um crime, que chama atenção do Jornal, é apresentado em quatro notícias. A primeira do dia 06 de novembro de 1930, **“Ainda o cerco ao “Candomblé” da cidade de Palha”**, mostra que o mata-mosquito Manoel da Cruz estava em um Candomblé da cidade de Palha, quando foi surpreendido e ferido a bala pelo subdelegado Salvador de Jesus. A notícia descreve como tudo aconteceu, a partir do depoimento de Manoel. Porém, o jornal destaca que Manoel não disse nome, apenas que foi um soldado. Ele foi submetido à cirurgia para retirada de um projétil de seu fígado. Assim, o Candomblé aparece aqui apenas como pano de

²⁶ PINHEIRO, Eloísa Petti. Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

fundo para um crime cometido por uma autoridade contra um adepto do culto afro. Ainda no Dia 6, o jornal apresenta as palavras do subdelegado na notícia intitulada:

Um crime num Candomblé'

O que o sub-delegado Salvador conta a "A Tarde"

AS ACCUSAÇÕES QUE FAZ AO CAP. EMYGDIO

Um crime covarde e brutal, que ainda se encontra nas malhas do myterio, ocorreu pelas 11 horas e poucos minutos da noite de hontem na Cidade de Palha.

Um homem foi ali ferido gravemente, com uma bala no ventre, sendo transportado para o posto de "Soccorros".

Emquanto isso, um oficial de policia, seguido de varias praças, dava voz de prosão ao sub-delegado do districto, acusando-o de criminoso.

Nas suas linhas regais, o fator se deu, segundo uma versão, um tanto confusa, narrada ao reporter:

De há muito os jornais reclamam, contra o funcionamento de varias casa de candomblé. A cidade de Pala é o ponto preferido para essas praticas de feitichismo.

Algumas providencias foram tomadas para a extinção completa desses antros, mas quase sempre surgia o Cap. Emygdio, da Força Publica e se responsabilizava perante a autoridade pelo não funcionamento dos cabulosos batuques dos ensurdecadores atabaques.

Foi para o fechamento destas casa, deante das queixas recebidas, que hontem, á noite, o cel. Salvador de Jesus, sub-delegado da Cruz do Cosme, dirigiu-se para a cidade de Palha.

Mal chegava ele no antro, e encontrava assentado na sala cercado de diversas praças, o cap. Emygdio.

A autoridade explicou o motivo da sua visita. O cap. Emygdio pediu sua complacência. Garantiu_lhe que o soccego publico não seria perturbado.

– Mas eu vou levar estes apetrechos para a sub-delegacia – disse a autoridade.

–Hoje não, seu coronel – dosse o cap. Emygdio.

– Agora mesmo.

– Venha cá.

E dizendo estas palavras aquelle official convenceu a autoridade de que o antro seria fechado incontinenti. Se não sosse assim, o subdelegado Salvador de Jesus, não teria deixado a Cidade de Palha em busca de sua residencia.

Uma hora depois, quando a autoridade se encontrava no ponto de secção da Bahia da Quinta, um homem, correndo, lhe tomou a frente, dizendo afflicto:

– No candomblé tem um rapaz ferido a bala.

Sem perda de tempo, o cel. Salvador rodou nos calcanhares, em procura, novamente, do antro.

E mal ele chegava ma meio a ladeira, encontrou o cap. Emygdio com 20 praças eia atacar o posto. Procurando inteirar-se do facto. O subdelegado foi logo desarmado e sendo acusado como o autor do tiro que ferira o homem, foi transportado preso para a delegacia da segunda circumscripção.

Emquanto isto. O ferido era transportado para o posto de “Soccorros”.

Era pouco mais das 24 horas, quando a victima chegou áquelle estabelecimento.

O seu estado era desesperador. A sua roupa estava ensopada de sangue. Examinado imediatamente pelo dr. Flavio Faria, medico de plantão, verificou-se a necessidade de uma operação urgente e esta foi logo iniciada por aquelle medico com o auxilio do seu colega Alexandre Pedreira.

A bala havia penetrado pela região lombar direira cerca de três dēsdalinha apophyses espinhosas, com perfuração do estomago, fígado e etc. Depois de varias pesquisas foi finalmente encontrada a bala que se alojara no fígado.

A operação terminou pela manhã de hoje, tendo o medico legista de serviço, procedido o exame de corpo de delicto.

A’s 10 horas a manhã de hoje, a reportagem d’ “A Tarde” esteve na delegacia da 2ª curcumscripção, ouvindo a respeito o subdelegado Salvador, que ainda se encontra detido.

Esta autoridade nos relatou o que acabamos de descrever linhas acima.

Em vista disto, o delegado determinou varias diligencias no sentido de ser esclarecido todo o crime e a descoberta do seu verdadeiro autor, pois o acusado continua a inocentar-se dizendo sempre:

– E' uma vingança do cap. Emygdio. (A Tarde, 06/11/1930)

Ao apresentar os candomblés como antro de perdição, o jornal reforça o quanto vem lutando para acabar com tais locais, apresenta a figura do Cap. Emygdio como alguém que sempre intervém junto às autoridades em favor de determinados Candomblés, deixando claro que as redes de alianças existiam naquele período, e, na leitura da notícia, é possível ainda perceber o quanto movimentado e bem frequentado era o Candomblé da Cruz do Cosme.

Quase um mês depois da primeira notícia, o Jornal apresenta “**O crime do Candomblé e o Depoimento do Capitão Emygdio**”, de 04 de dezembro de 1930 trazendo um resumo do crime, afirma que a vítima teria acusado o subdelegado Salvador como culpado pelo crime. E Emygdio, responsável pela prisão do subdelegado, afirma que a prisão aconteceu por que diversas pessoas acusavam-no e que, no dia seguinte ao acontecido, este já estava solto por meio de um habeas corpus.

O habeas corpus é um remédio constitucional que é impetrado quando se existe a contrição da liberdade de ir e vir, seja ela atual ou futura. Ele pode ser impetrado quando de forma preventiva (quando há uma ameaça à liberdade) ou liberatório (quando já existe o constrangimento da liberdade). No caso do Salvador de Jesus, o habeas corpus pedido foi liberatório, no qual visa a sua liberdade. No corpo do texto, ele apresenta sua versão dos fatos de forma semelhante ao que foi apresentado na notícia do A Tarde e mais uma vez acusa o cap. Emygdio de vingança: *O crime que se lhe quer atribuir não é mais sem menos do que uma torpe*

vingança do capitão Emygdio em virtude da proibição feita pela autoridade de continuar a funcionar o seu “candomblé”. (Habeas corpus, APEB).

Num texto comprometido com a justiça e na busca pela verdade, o juiz lavra o habeas corpus do Salvador de Jesus, sob a alegação de que é cabível, devido ao fato de que a prisão foi feita de forma ilegal. Com abuso de poder, uma vez que o réu não foi de fato autuado na cena do crime e, com base no relato da vítima que não confirma ter visto o Salvador no local, diz ao A Tarde que foi apenas um



soldado, mas não consegue identificá-lo e ainda relata não ter visto o Salvador.

A terceira e última reportagem foi **“Faleceu o ferido do Candomblé”**, de 12 de dezembro de 1930. Mais uma vez a notícia destaca a acusação, como se tivesse o objetivo de lembrar que um soldado havia cometido um crime contra um candomblecista, crime que o jornal classifica como estúpido e covarde. Destaca ainda que o delegado Emygdio é compadre da “mãe de santo”, como se quisesse destacar que a prisão de Salvador, mesmo por um curto período, só aconteceu pelos laços de amizade existentes entre o delegado e a “mãe de santo”. Por fim, o corpo de Manoel é levado para o Instituto Nina Rodrigues.

Figura 8 – Salvador de Jesus - Jornal A Tarde 12 de dezembro de 1930

Na foto ao lado, está o subdelegado Salvador de Jesus, onde no jornal apresenta seu nome e diz que o mesmo foi acusado pelo capitão Emygdio, provavelmente com intenção de reforçar a informação de que foi o tal capitão que tem relações de amizade com

candoblecista quem o acusa. O acusado tem seu nome em destaque nas páginas do A Tarde, já a vítima mesmo vindo a óbito continuou no anonimato.

Na busca pelos nomes citados nas notícias foi possível encontrar no Arquivo Público da Bahia mais um processo referente à reportagem do dia 10 de setembro de 1936, intitulada “Novas Pistas no Crime da Virgem”, o que nos leva a crer que houve outras notícias e que o jornal se encarregou de fazer uma cobertura completa do caso. Segue a notícia transcrita abaixo:

NOVAS PISTAS NO CRIME DA VIRGEM

(Conclusão da 2ª pag.)

Em vista disto, resolveu empregar outra tática.

O roceiro é conhecido nas redondezas como feiticeiro e mandingueiro.

Nos fundos de sua casa há um terreiro apropriado para “candoblé.”

Há também uma casa de santo.

Um compartimento caído de novo, onde se acha um altar com os santos, e nos cantos os apetrechos de culto.

O delegado ameaçou de quebral-os.

“Pedro do Pó” extremeceu, porém nada respondeu.

Em vista disto resolveu o dr. Bastos unir a acção á palavra.

E mandou buscar os santos.

Quando viu que a autoridade cumpriria a promessa o roceiro resolveu contar o que sabia e assim mesmo accultando que os indivíduos tivessem permanecido em sua casa.

AFINAL, FALOU

Disse ele “elle estava em sua casa na madrugada de 27 quando passaram uns carvoeiros conversando.

Que percebeu a conversa deles, que diziam ter um certo Norberto assassinado Jacyntho Nascimento e que Norberto já de uma feira havia morto um fiscal da C. L. C. em Brotas.

Que conhece o Norberto de que falavam os carvoeiros e é um individuo que trabalha na Armação numa rede de xaréu.”

Nada mais adeantou o roceiro.

O delegado careou-o com a domestica Febronia e seu marido porém nada adeantou.

Em vista disso, a caravana rumou para a Bolandeira e dahi para a Armação.

A “violeta! Não poudo ir até lá por isto os caravaneiros fizeram o trajecto da Murimbamba á Armação de pé sobre um areial escaldante.

Na armação não foi encontrado Norberto.

Este, segundo se soube havia desaparecido há quase um mez do logar.

Adeantou um pescador que o mesmose encontra em Feira de sant’Anna.

Voltando á cidade o delegado Bastos Filho a despeito de já serem 18 horas interrogou novamente “Pedro do Pó”.

Ester fechou-se num mutismo inabalável.

* *

Será que Norberto é o assassino do infortunado roceiro?

Ou então qual foi a sua acção no caso?

Por que permaneceu ele no proposito de não fazer luz sobre o caso?

E’ o que deseja apurar o delegado Bastos Filho que vae mandar buscar o myterioso Norberto na cidade de Feira de Sant’Anna.

Também o Instituto Nina Rodrigues retirou d’um bamb’u encontrado na casa do assaddinado diversas impressões digitaes.

As diligencias proseguem.

Funciona no inquérito o escrivão Saturnino Luz.

O A Tarde traz de maneira detalhada como está acontecendo todo o processo de busca ao Norberto Alexandrino Pereira pelo assassinato do roceiro Jacinto do Nascimento que, segundo autos do processo, teve seu corpo encontrado no local denominado Virgem de Santo Antônio, distrito de Brotas, já em estado de decomposição, no dia 30 de junho de 1936, e foi levado ao Instituto Nina Rodrigues. Observe que o crime diz respeito a um assassinato. No entanto, as minhas pesquisas no jornal estão restritas às que apresentam o termo candomblé e, no corpo do texto transcrito acima, nos leva a crer que existia alguma relação do Norberto com o Pedro Severiano de Santana (Pedro do Pó), que tinha um candomblé na região de Brotas.

O laudo do Instituto Nina Rodrigues saiu no dia 3 de julho de 1936, apresentado à Delegacia da Primeira Circunscrição Policial pelos médicos Ademar de Almeida Vasconcelos e Alvaro de Melo Doria, identificando que o *“Jacyntho Nascimento, preto com idade de quarenta e cinco anos, solteiro, natural deste Estado, residente no distrito de Brotas (Estrada de Brotas)”*. Com um metro setenta e cinco centímetros de altura e pesando setenta e oito quilos se encontrava com a cabeça, a face e o pescoço completamente desfigurados pelos golpes recebidos. Concluindo que *“a morte de Jacinto Nascimento foi causada por hemorragia externa consequente a ferimentos do crânio, face e pescoço, com secção de vasos importantes – carótidas primitivas esquerda, faciais, transversa direita na face – por instrumento cortante (homicídio)”*.

Conta nos autos do processo que Norberto de Elias chegou a comparecer à delegacia no dia 30 de agosto, acompanhado do subdelegado de polícia do distrito de São José, Augusto Constancio Pereira, que justificou não ter participação alguma com o crime e, em termo, o subdelegado se comprometeu com a delegacia que o Norberto se apresentaria às autoridades da Capital. No entanto Norberto se recusou a se apresentar.

Ao longo do processo várias pessoas que se encontravam num samba onde o Jacyntho foi visto pela última vez foram ouvidas. Uma delas é o Argemiro Bôaventura da Paixão, que era encarregado dos terrenos do senhor Manoel Portuguesz onde Jacyntho (a vítima) vivia. Assim Argemiro declarou:

Declarou ele, entre outras coisas, que Norberto, quando morava na Armação, tinha um burro. Um dia apareceu morto o animal, apresentando vários ferimentos. Soube Norberto, depois de varias pesquisas no local e por intermédio dos antros de feitiçaria, que fora Jacyntho do Nascimento o autor da morte do burro. Um conversa com outras pessoas dissera que o mataria da mesma forma como fora morto o animal. E todos acreditaram no que ele dizia, porque já conhecia os seus instintos perversos.

O Segismundo marques da Silva declarou que o Pedro do Pó (Pedro Severiano de Santana) que já havia sido ouvido tinha mentido com medo do Norberto, pois ele tinha visto o Norberto na casa do Pedro na noite do crime, diante disse ele foi ouvido novamente contou:

Tinha cegado em casa, de volta da venda de Evangelina, onde também se encontrava Jacyntho do Nascimento, quando ouviu uma pessoa dizer: Pedro! Pedro! Pedro! Que chegasse á frente que assim lhe chamava. Eram, seguramente, sete para oito horas da noite; que, nessa ocasião, chegando á porta, viu Norberto, trajando uma roupa escura; que vendo Norberto, disse-lhe que se aproximasse, respondendo ele Norberto que ia adiante. Mais tarde, ouvindo cantigas e toques de pandeiros na casa de Jacyntho Marcollino, foi até lá, apesar de não ser convidado. Allí esteve, até tarde, sendo o ultimo a sair. De volta, trazendo uma pequena foice e um fifó, ia atravessando o riacho que fica perto de sua casa, quando deparou com Norberto, agarrando um homem que parecia morto e arrastando-o para o matto. Estava sem paletó, com a camisa horrivelmente ensanguentada e calça escura, também cheia de sangue. Nas mão sustinha um facão; que, vendo aquele quadro horrível, começou a tremer, sendo, nessa ocasião, ameaçado por Norberto, que, como uma fera, lhe disse: “desgraçado! Se você disser algum coisa do que viu, e eu souber, volto de Feira só para lhe matar”.

Diante das declarações foi pedida a prisão preventiva do Norberto que, que foi preso e tentou diversas vezes impetrar um habeas corpus, sendo defendido pelo Major Cosme de Farias, que, ao longo do processo, chegou a alegar que ele era vítima da palavra de Pedro do Pó, “da infâmia de um feiticeiro” e disse ainda que:

Todo este processo tem a sua base (que base ordinária!), na palavra de Pedro Pó, que é um desqualificado, um bruxo, um candomblezeiro, que faz feitiço para receber dinheiro, conforme assevera Febrônio Machado dos Santos, às fls. 26, v. deste processo, a qual o conhece de perto.

Além de desqualificar Pedro do Pó, devido a sua religião, ainda tenta acusá-lo do crime. O processo rola por longos 9 anos e, em 24 de março de 1947, Norberto Alexandrino Pereira é condenado nas penas do art. 121 do Código Penal de 1940.

2.5. “Janaina se encheu de presentes” e conflitos sociais

O preconceito e a perseguição se estendem também às festas populares que na Bahia estão hoje marcadas pelo hibridismo religioso, fruto das relações dialógicas entre religião e cultura, em um espaço geográfico de disputa de poder e reconhecimento. Dentre essas festas a de Iemanjá:

A festa do dia 2 de fevereiro é uma das mais populares do ano, atraindo à praia do Rio Vermelho uma multidão imensa de fiéis e de admiradores de Mãe das Águas. Iemanjá é frequentemente representada sob a forma latinizada de uma sereia, com cabelos longos soltos ao vento. Chamam-na, também, Dona Janaína ou mesmo, Princesa ou Rainha do Mar. (VERGER, 1997)

Na mítica do candomblé, Iemanjá é mãe e rainha do mar. Segundo Pierre Verger, ela é o Orixá dos Egbá (nação Iorubá estabelecida na região antes chamada de Ifé). No Brasil, numa relação sincrética, é associada a Nossa Senhora da

Imaculada Conceição, festejada no dia 8 de dezembro, porém sua festa se dá no dia dois de fevereiro.

O dia dois de fevereiro é festejado pelos baianos como o dia da Rainha do Mar. Quando pensamos nessa data esse é o primeiro referencial que vem em nossas mentes, mas nem sempre foi assim:

Em 1930 o padre se recusou a celebrar a missa na igreja de Sant'Ana. Depois de muita discussão e tentativas de conciliação, a celebração aconteceu, mas os pescadores se sentiram ofendidos com o sermão, no qual o vigário afirmava ser ignorância oferecer presente a uma mulher com rabo de peixe. Os antigos moradores do Rio Vermelho deixaram de pedir a celebração da missa no dia da entrega do presente e assumiram o culto da Rainha do Mar. A partir da década de 30 houve, portanto, a ascensão do Presente da Mãe d'Água, que só recebeu a denominação de Festa de Iemanjá na década de 60, e a lenta decadência do culto a Sant'Ana. Os pescadores criaram uma nova identidade com o candomblé e voltaram a ter uma festividade própria, sem a interferência da Igreja. (COUTO, 2004, p.6)

Segundo Couto²⁷, sem data fixa, os pescadores realizavam novenas entre os meses de janeiro ou fevereiro numa casa chamada Peso, próxima à Igreja de Nossa Senhora San'tana, onde eram guardados os objetos de pescaria. A Igreja católica recebia o dízimo dos pescadores, mas não via com bons olhos a prática de levar presentes que, segundo a mesma, começa a ser realizada em 1924, quando a pescaria não havia sido muito boa o que leva a Igreja Católica a romper com a festa. A notícia encontrada no A Tarde, de 1935, trago abaixo transcrita:

“JANAINA” SE ENCHEU DE PRESENTES

Como a superstição da “Yara” se casa ao rito fetichista

Não é raro surgirem pelos ângulos dessa Bahia de quatro séculos, detalhes típicos de uma quadra que passou, ingênua, africana, lambuzada de dendê, estranhamente exótica. Fixa-se em crônicas ligeiras. Candomblé, samaba, macumba surgem

²⁷ COUTO, Edilece Souza. Festejar os Santos em Salvador: Regras Eclesiásticas e Desobediências Leigas (1850-1930). Disponível em Acesso em: <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/edilece_souza_couto.pdf> 11 de abril de 2017.

em linhas de jornal, encaixados de atabaques, orixás e fetiches.

Em certos dias do anno “Janaina”, a Mãe-D’Água, recebe dos seus fieis uma multidão de presentes que eles levam em barcos enfeitados para jogar no mar. E’ uma scena desta natureza, em que a superstição ingênua das “yáras” do rio se mistura com o rito africanista, que o [cilene] acima [...]. Grupo numeroso de devotos da “santa” quando lhe faziam oferta de ricos presentes, num recorte de mat, ao Rio Vermelho.

(A Tarde, 02 de fevereiro de 1935)

É possível perceber que não havia uma data definida para a realização da festa, a mesma Edilece Couto, em seu trabalho de doutorado, diz que, somente na década de 60, a festa incorpora as características atuais. Está presente no texto uma desqualificação da cultura africana colocada como ingênua e exótica, em outras palavras atrasada e estranha a uma Bahia que vem passando por transformação como as urbanísticas e muito influenciada pelo modernismo. Colocando entre aspas o termo “Santa” por não reconhecer tal divindade como assim por dizer, muito provavelmente por fugir à ideia de santidade propagada pelo Cristianismo.

CAPÍTULO 3. CONGRESSO AFRO: ENTRE DISCUSSÕES E NOTÍCIAS

A Bahia é a terra da macumba. O feitiço domina entre nós. As encruzilhadas enchem-se dos despachos de azeite de dendê e pipocas. Os morros batem Candomblé. Passam negras vestidas de branco, com as cabeças enroladas em torços brancos. São as filhas de santo. E quando a noite avança, as pancadas surdas dos atabaques, ressoam monótonas. (A Tarde 11/03/1935)

O presente capítulo se propõe a contextualizar a Bahia na década de trinta, a fim de entender em qual cenário estavam inseridos os Candomblés baianos, e como o estado recebe o segundo Congresso Afro-Brasileiro em 1937. Porém, para tanto, faz-se necessária uma apresentação acerca do primeiro Congresso Afro-Brasileiro que acontece em Recife, em 1934. Além de ressaltar a importância dos congressos para o povo do Candomblé na luta contra a intolerância religiosa e para o campo das discussões sobre raça no Brasil, realizarei ao longo de todo capítulo análise de notícias do periódico A Tarde.

3.1. O contexto histórico da Bahia na década de 30

A década de trinta é marcada pelos movimentos políticos provenientes da Revolução de 30. Vai ser representada quase que durante toda a década pelo Governador Juracy Magalhães (de 19 de setembro de 1931 a 19 de novembro de 1937). Segundo Tavares:

Apesar de não ter interferido nas estruturas socioeconômicas que encontrou, os seis anos da administração de Juracy Magalhães representaram avanços importantes para a Bahia. A criação do Instituto Magalhães representaram avanços importantes para a Bahia. A criação do Instituto Central de fomento Econômico foi um impulso cultural e econômico. Fundado para incentivar e apoiar iniciativas de produção industrial, agrícola e pecuária, bateu na mentalidade conservadora do alto comércio baiano e na sua velha fórmula de adiantar recursos aos cacauicultores cobrando taxas de agiotagem. Outra iniciativa inegável foi a realização do Instituto

do Cacau, cuja idealização datava da interventoria de Artur Neva. Seguiram-se o Instituto do Fumo e o de Pecuária. Foram tentativas de intervenção numa economia dominada pelo latifúndio, pela persistência das relações de trabalho semi-escravo (trabalho não remunerado a dinheiro) e práticas comerciais e bancárias viciadas na agiotagem. (TAVARES, 2008, p.414)

Além de criar a Secretaria de Educação e Saúde, enfrentou o crescimento do cangaço no Estado da Bahia, proveniente da falta de políticas públicas e, sobretudo, da seca rigorosa de 1933. Ainda nesse ano, uma onda integralista chega à Bahia com a AIB- Ação Integralista Brasileira, que se instala em Salvador, em 6 de junho de 1933, seguido de vários levantes militares em 1935, um período ainda marcado pela tentativa de industrialização do estado e da expansão das linhas férreas. Segundo Tavares:

A posição política do governador Juracy Magalhaes ficou bastante singular. Político vitorioso, comandante de uma das maiores bancadas na Câmara Federal, mantinha-se solidário ao Presidente Getúlio Vargas, a quem não faltou em nenhum instante de 1935 e 1936. É todavia fato que no decurso de 1936 se afirmara gradativamente como defensor do regimento liberal-democrático representativo sob o qual cresceu como líder político. Por conseguinte, passou a conhecer a crescente hostilidade dos integralistas aliada á desconfiança dos altos escalões civis e militares do governo federal. (TAVARES, 2008, p.411-413)

No entanto, por se opor aos integralistas e diante das alianças políticas estabelecidas em 1937, como apoiar a candidatura de José Américo de Almeida, além de atritos com o coronel Antônio Fernandes Dantas, levou ao governador ser deposto logo que o Golpe de 37 foi instaurado em de 10 de novembro de 1937.

O A Tarde a essa altura segue um discurso oposicionista, reflexo das alianças políticas e posicionamentos assumidos pelo Ernesto Simões Filho que:

Durante a Revolução de 1930, A Tarde incentivou até o último momento os “batalhões patrióticos” que se movimentaram em

defesa da ordem constituída. Entretanto, quando a insurreição se tornou vitoriosa, o jornal passou a aplaudir as manifestações populares de apoio aos chefes revolucionários. Embora com uma atuação considerada neutra durante as interventorias estaduais de Leopoldo Amaral (1/11/1930 a 18/2/1931) e Artur Neiva (18/2 a 15/7/1931), A Tarde e seu proprietário não escaparam aos processos de sindicância instalados nessa época na Bahia pela justiça revolucionária. Simões Filho exilou-se então na Europa, retornando ao Brasil em fevereiro de 1932. Sua permanência no país, entretanto, durou pouco. Apoiando a Revolução Constitucionalista de 1932, em novembro teve que se exilar novamente na Europa após a derrota do movimento. (COUTINHO. 2001, p. 3.150-3.154)

De volta ao Brasil, em 1933, segue na liderança do jornal em oposição ao Juracy Magalhães, posicionamento que muda um pouco em 1935, e em 37 num primeiro momento se coloca contra o Estado Novo. Durante toda a década, é perceptível uma mudança na forma como os jornais baianos passam a tratar o candomblé (surge uma curiosidade maior, entendê-la), a capoeira e mesmo o samba, como destaca Meire Reis:

A partir de 30, o discurso sobre o samba estava menos agressivo e às vezes ele chegou a ser exaltado como parte legítima da cultura popular. Ele começou a ser percebido como integrante da identidade brasileira, lentamente associado ao símbolo de integração nacional, sendo apropriado e modificado pela classe dominante, que sustentava ser o ritmo um canal importante entre as raças. Quando interessava á imprensa, principalmente nas proximidades do carnaval, ela promovia uma brasilidade associada ao samba, exaltava seus compositores, enfim, toda uma rede de interlocutores que viviam em função desse ritmo era positivamente evidenciada. (REIS, 2000, p.111)

Apesar das várias notícias marcadas ainda pela forma pejorativa ao tratar de tais temáticas, além da perceptível diferenciação dos discursos quando se referem ao posicionamento político do jornal, nos trabalhos de Meire Reis e de Júlio Braga há um destaque para o Diário de Notícias, quando se trata de novas abordagens ao falar do candomblé e principalmente da grande cobertura dos Congressos Afro-

brasileiros, sobretudo o de 1937, que acontece em Salvador, que, ao longo desse capítulo, identificarei de modo diferente, nas páginas do A Tarde.

3.2 O congresso Afro-Brasileiro de 1934

Em novembro de 1934, reuniam-se diversos intelectuais na capital pernambucana a fim de discutir a questão negra no Brasil, problematizar o conceito de raça e a busca pela valorização do negro em torno da democracia racial presente no trabalho de Gilberto Freire, Casa Grande e Senzala, sendo ele o idealizador e organizador do 1º CAB (Congresso Afro Brasileiro). O congresso se realizou de 11 a 16 de novembro, no Teatro Santa Izabel, em Recife, com a contribuição do governo, de partidos ou instituições religiosas, por opção de Freire, a fim de ter certa autonomia. Em contra partida, recebe grande apoio de vários setores progressistas da sociedade pernambucana.

Contando com a participação de intelectuais e artistas renomados do país, como Mário de Andrade, Jorge Amado, do folclorista Câmara Cascudo, do psiquiatra Arthur Ramos e do etnólogo Edson Carneiro. Quatro babalorixás participaram na fase de organização (Pai Anselmo; Pai Oscar; Pai Rozendo e Pai Adão) e, por fim, foram publicados dois trabalhos, são eles: “Estudos Afro- Brasileiros” e “Novos Estudos Afro-Brasileiros”.

O congresso repercutiu em diversos jornais em todo o Brasil e na Bahia. Conforme a nota publicada pelo A Tarde, no dia 12 de novembro de 1934, onde o jornal registra sem muitas delongas o evento que está acontecendo na capital pernambucana.

O CONGRESSO AFRO. BRASILEIRO

Inaugurada, em Recife, uma exposição de arte africana.

RECIFE, 11 (A ATARDE) – Inaugurou-se hoje, no Theatro S. Izabem, a exposição de Arte do Congresso Afro-Brasileiro.

Esse Congresso, que está provocando grande interesse em todo o paiz, será aberto no próximo dia 15.

Na exposição, vêem-se trabalhos de escultura negra, ou accusando influencia africana, photographias, pinturas, etc.

(A Tarde, 12/11/1934)

Já no dia 13, na coluna Registro Social, na terceira página do jornal, um texto denominado Africanismo faz uma crítica ao cenário de perseguição aos candomblés em Salvador, no mesmo momento em que na cidade de Recife o Congresso está a discutir sobre o negro. Faz ainda uma crítica ao próprio Congresso por não ceder espaço de discussão ao povo de santo que, segundo o jornal, teriam muito a contribuir. Isso pode ser observado no fragmento abaixo.

AFRICANISMO

Subindo hoje pela manhã a ladeira de S. Francisco, e descendo, mais tarde o Monturinho, topei pela frente, em alguns trechos, vários “bozós”, ainda entouxados uns, já dilacerados outros, pipocas e fragmentos de farofa amarela espalhadas a esmo. Causa comum embora, depara-se em tal zona bem como em muitas outras da cidade desses INGREDIENTES de macumba sordidade de má sorte, todavia o encontro com esses despachos serviu-me para lembrar que, ainda na véspera, “A TARDE” registrára uma queixa popular contra certa macumba lá do sector do Uruguay, onde o candomblé atrôa numa impertinente zumbaia, que deixa quase louca a vizinhança. E que essa lembrança outra se viu associar no meu espirito, que entrou a conjecturar e estabelecer conclusões. E assim, pensei que no momento se realiza em Recife um Congresso Afro brasileiro, onde theses sobre motivos africanos de baixa crença, de frtichismo pernicioso serão, sem duvida, apresentadas e discutidas. Nomes dos mais autorizados no assumpto ali estão actuando com relevo e brilho, trazendo novos contingentes aos estudos do problema. Entretanto, a quem quisesse obter resultados práticos e imediatos, a quem desejasse tratar experimentalmente do assunto, aconselharia eu que evitando uma viagem inútil a Recife, se dirigisse de preferencia ao celebre Jubiabá, ao Rufino da Fonte do Boi, ao Bernardini da Estrada da Liberdade, a Sinhá Ló, ao Zoró do Jacaré ou qualquer outro desses praxistas ou “azez” da feitiçaria, que, tranquilos, mantêm seus

“gabinetes” nos recantos da cidade. Todos eles são “cracks” os mais eminentes da macumba, devendo causar espanto mesmo como não foram convidados a emprestar o seu prestígio e o seu “material” ao certâmen afro-brasileiro. Do ponto de vista pratico muito teriam que ensinar, essa é a verdade – F. (A TARDE, 13 de novembro de 1934)

Após o Congresso de 1934, vários trabalhos foram publicados por participantes do Congresso no campo das ciências e das artes, impulsionando ainda mais as discussões sobre o negro e a cultura negra.

3.3. O Candomblé e o Congresso Afro de 1937 nas notícias do A Tarde

As discussões acerca da cultura e da religião afro-brasileira vão ganhando mais visibilidade na década de 30, na Bahia, sobretudo por intelectuais como Arthur Ramos e Edson Carneiro, que idealizou o 2º Congresso Afro-Brasileiro, como aponta Julio Braga, no seu recente trabalho Candomblé da Bahia: a cidade das mulheres e dos homens²⁸. E Carneiro assume uma posição importante de representatividade tanto para a sociedade baiana como para os candomblés, na medida em que publicou diversas vezes textos no Jornal “O Estado da Bahia”, em 1936, no momento onde o congresso realizado em 37 já vinha sendo pensado por ele. Depois A Tarde publica uma nota em relação à publicação de seu livro Religiões Negras.

“RELIGIÕES NEGRAS” – EDISON CARNEIRO

A Civilização Brasileira Editora incluiu em sua “Bibliotheca de divulgação científica”, dirigida pelo prof. Arthur Ramos, o livro “Religiões Negras”, de autoria do sr. Edison Carneiro, jovem e dedicado estudiosos das questões relacionadas com o negro brasileiro. Em seu livro, que tem muita coisa original e é

²⁸ BRAGA, Julio. Candomblé da Bahia: a cidade das mulheres e dos homens. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014.

resultado de pesquisas realizadas em candomblés e centros de celebrações do rito negrista na Bahia, o auctor apresenta observações realmente do maior interesse, revelando-se um inteligente continuador dos trabalhos de que Nina Rodrigues foi o pioneiro e continua a ser, pela força imperecível de sua obra o grande mestre.

Em “nota” de abertura do livro o sr. Edson Carneiro esclarece que “limitou suas observações à Cidade da Bahia”, e centralizou suas pesquisas, quanto ao fetichismo gêgê_nagô no candomblé do Engenho Velho, e quanto aos candomblés de caboclo, um pouco por toda parte.

E modestamente considera o seu trabalho “simples caderno de notas de ethnographia religiosa.” A verdade porem de que seu livro apresenta contribuições novas e interessantíssimas e revela um escritor e pesquisador inteligente e escrupuloso. “Religiões Negras” tem direito liquido a um lugar destacado nas boas bibliotecas.

A’ venda nas livrarias da cidade. (A Tarde, 24-11-1926)

Em nota, o anúncio vem ressaltar a impotência do trabalho de Edson Carneiro para os estudiosos acerca do negro brasileiro e, sobretudo, sobre o candomblé da Bahia, religião de matriz africana que há tanto se articula no espaço geográfico da cidade de Salvador, da Bahia e do Brasil, bem como os trabalhos de Nina Rodrigues apresentado pelo jornal como inteligente e escrupuloso. Ainda em 36, A Tarde traz a notícia do adiamento da realização do 2º CAB, o que podemos ver na transcrição abaixo:

O 2.º CONGRESSO AFRO- BRASILEIRO FOI TRANSFERIDO PARA JANEIRO

Varias razões poderosas determinaram a transferencia, para janeiro próximo, do 2.º Congresso Afro-Brasileiro, que se ia realizar na Bahia em Novembro passado e, após, em dezembro corrente.

Os motivos principaes que influíram nessa transferencia foram a colaboração dos africanistas mario de Andrade, Gilberto Freyre, Arthur ramos e Dante Laytano, os quaes não

podem vir antes de janeiro; a coincidência da data escolhida coma festa do bomfom, a mais tipicamente africana das nossas festas; a contribuição de vários scientistas americanos, que a prometeram mas ainda não mandaram; e, em fim, a conveniência de dar um prazo mais dilatado para a organização do certâmen e confecção das theses.

O 2.º Congresso Afro-Brasileiro deverá realizar-se, improrogavelmente, de 14 a 18 de janeiro de 1937. (A Tarde, 21/12/1936)

O periódico A Tarde apresenta os motivos pelos quais o congresso foi transferido para janeiro de 1937, e vale ressaltar a importância histórica deste evento organizado por Edson Carneiro, realizado na cidade de Salvador sob o apoio do Governador Juracy Magalhães e que contou com a presença de diversos intelectuais, entre eles Donald Pierson, Arthur Ramos, José Sodré Viana, entre outros, além de jornalistas, escritores como Jorge Amado, e personalidades da religião de matriz africana, mães e pais-de-santo como Martiniano Eliseu do Bomfim, Eugênia Ana dos Santos (Mãe Aninha do Axé Opô Afonjá), Maria da Conceição Nazaré (Mãe Menininha do Alto do Gantois), Manuel Bernardino da Paixão (Bernardino do Bate Folha) e Manuel Vitorino dos Santos (Manuel Falefá). No dia 13 de janeiro de 1937, o A Tarde traz um resumo sobre os acontecimentos relacionados ao Congresso, segundo o texto abaixo:

2º CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO

Varias theses apresentadas e approvaas nas duas sessões de hontem – Recebidos os congressistas pelos grandes candomblés da Bahia

No edificio do Instituto Geographico e Histórico realizaram-se hontem, as primeiras sessões ordinárias do 2º Congresso Afro-Brasileiro que ora se [...] entre nós coma presença e a colaboração de notáveis intellecthuais e [...] Jodo e palz.

Pela manhã, sob a presidência do prof. Donald Pierson da Universidade de Chicago, foram lidas as theses de Arthur ramos sobre “Nina Rodrigues e os estudos negro-bahianos” De Manoel Diegues Junior sobre “Dansas negras do noerdeste” e

“Justiça e Verdade”, colaboração popular assinada com um pseudônimo.

Todos esses trabalhos, após discussão, foram aprovados.

A tarde, sob a presidência do compositor Camargo Gungnied, nova sessão foi realizada, sendo [...]das as theses do prof. Martinoano do Bomfim sobre “Olorum na religião de Yorubá”, do prof. Robalinho Cavalcanti sobre “O anhum nos arthifícios de escravos” e de João Varella sobre “As festas de Dois-Dois na Bahia”, também aprovadas todas, depois de discutidas.

VISITAS AOS CANDOMBLE’S

A’s 13 horas em [...], seguiram os congressistas para o Matatu’ Grande, onde assistiram no candomblé de Procopio a bela festa de Ogum especial do mente organizada para construir um dos números do programma do [...] certâmen cultural. Ali se encontrava, também, o “pae de santo” Bernadino Bate – Folhaonde trajava, [...] Pprocipio, rica indumentatia africana. Aos presentes, após as dansas e os ânticos, foram servidos excelentes pratos da culinária afro-brasileira.

Damandaram, em seguida, os congressistas ao Engenho Velho afim de assistir a uma outra festa do mesmo nome, também bastante animada, que se prolongar até a manhã de hoje. (A Tarde, 13/01/1937)

De maneira sucinta, o jornal apresenta os últimos acontecimentos referentes ao Congresso, numa nota rápida e sem muito destaque, muito provavelmente pelo apoio dado pelo governador ao evento ou ainda pelo seu posicionamento em relação à religião de matriz africana, uma vez que vinham publicando com muita ênfase os casos de perseguição aos Candomblés. Trazendo ainda no seu texto a participação dos congressistas em festas de Candomblé, como também relata Donald Pierson no livro *Branços e Pretos na Bahia*:

Os participantes do Congresso de 1937, reunido na Bahia visitaram centros de culto afro-brasileiro, assistiram a apresentações de capoeira e de samba, e a cerimoniais do culto, homenagem a memória de Nina Rodrigues que, nos fins do século passado foi o pioneiro do estudo dos cultos afro-

brasileiros na Bahia: e protestaram contra a interferência policial no candomblé, pedindo liberdade religiosa para o exercício de seus rito. (PIERSON, 1971, p.250)

A homenagem prestada a Nina Rodrigues é um ponto de divergência entre diversos intelectuais ao trabalhar o congresso, a exemplo de Abdias do Nascimento e Costa Pinto.

Na segunda edição de *O Negro Revoltado*, Abdias do Nascimento volta à sua primeira obra e destaca suas falhas e revê suas atitudes e posicionamentos. A exemplo dos Congressos, onde ele percebe o quanto de submissão ainda estavam presentes naquele momento. Diz isso ao se lembrar das homenagens proferidas a Nina Rodrigues: *“Ora, os negros conscientes jamais poderão exaltar um ‘cientista’ que considerava o negro como fator de inferioridade do povo brasileiro.”* (NASCIMENTO, 1968, p.10).

O segundo volume do livro é, para Nascimento, *“um testemunho da imobilidade estrutural de nossas relações de raças, no particular da interação entre negros e brancos na sociedade brasileira.”* (PINTO, 1998, p.9). Aponta o quanto tardiamente o congresso chega ao Rio de Janeiro e que muitas questões discutidas ainda precisavam ser revistas. Apesar de alguns avanços nas discussões, ainda era difícil para a sociedade e mesmo para pesquisadores e intelectuais verem: *“Um negro orgulhoso de sua identidade étnica é para eles uma afronta intolerável, e o negro desejar resgatar sua história e seus valores culturais, é puro racismo às avessas.”* (NASCIMENTO, 1968, p.11).

Em contrapartida, Costa Pinto, em *“O Negro no Rio de Janeiro”*, vai apontar uma permanência do passado quando diz:

“O que principalmente caracteriza sua estrutura de sociedade não é somente a sobrevivência do passado, com que se topa a cada passo, nem somente o avanço para o futuro, cujos sinais objetivos se impõem à observação de qualquer um. É antes, e acima de tudo, a coexistência desses dois mundos, marginalizando a sua estrutura de alto a baixo, neutralizando-se reciprocamente, nem um nem outro

possuídos da devida força histórica para dominarem sozinhos o panorama e imprimirem rumo definido e sentido claro à civilização brasileira que assim permanecem, marginalizados e bifronte, vivendo um presente que é composto de um passado morto e de perspectiva infecunda, senão impossível, que as chamam “elites” lhe querem formalmente impor como futuro.” (PINTO, 1998, p.54).

Em trocas epistemológicas com Artur Ramos, Costa Pinto relata quanto essa especificidade da sociedade brasileira precisava se tornar um campo de estudo, campo este muito vasto e com muita coisa para ser estudada.

Junto à UNESCO e outros pesquisadores, Pinto busca construir um novo modo de estudar e analisar as relações raciais presentes no Brasil, deixando de lado o viés exótico, estereotipado e etnocêntrico dos antigos estudos sobre o negro, o negro como o “espetáculo”. Para tanto, foi necessário compreender e analisar produções como a de Nina Rodrigues. Duas mudanças estruturais são apontadas como os motivadores para analisar a atuação do negro de outro ângulo, o processo de industrialização e urbanização.

Assim como Abdias, Pinto, apesar de analisar por ângulos distintos, concorda que o preconceito racial existe mesmo que queiram negar: *“o conhecido estereótipo de que ‘no Brasil não existe preconceito racial’, que muitas vezes vem à tona como depoimento dos mais flagrantes que indicam a existência dele.”* (PINTO, 1998, p.62). Abdias, antes mesmo de sua viagem ao exterior, já havia chegado a tais conclusões que foram reforçadas por suas experiências e, ao se debruçar sobre sua obra e revê-la, nos mostra como a experiência e o amadurecimento pode mudar conceitos.

Abdias destaca que mudanças no panorama histórico mundial ainda na década de cinquenta produz uma virada de posicionamento dos negros no campo de estudo e no campo político, em um cenário nacional e internacional. *“Inevitavelmente, uma virada na história e na situação existencial dos povos do continente africano e dos seus descendentes espalhados na diáspora das Américas.”* (NASCIMENTO, 1968, p.12). A troca estabelecida por Abdias na Jamaica

e na Nigéria também contribuíram para o fortalecimento da luta afro-brasileira, bem como a inserção de Lélia Gonzáles e José Santos neste mesmo campo.

Os estudos sobre o Negro contribuem positivamente para esse fortalecimento da luta, sobretudo com a criação do Movimento Negro Unificado – MNU, em 1978, que traz uma maior conscientização e luta organizada politicamente em prol das reivindicações dos direitos do negro, sobre tal momento Abdias comemora e afirma: *“A paciência, conciliação e a humildade, herança do racismo paternalista brasileiro que sempre afligiram a comunidade negra, não mais a impedirão na luta pelos seus direitos.”* (NASCIMENTO, 1968, p.23).

Os novos rumos que levaram as discussões acerca do negro e sobre raça são de fundamental importância. Outro ponto de grande relevância foi à participação de membros do candomblé, já citados acima e que diferente do 1º CAB, deu voz às populações negras e possibilitou ainda discutir e denunciar o cenário de perseguição existente na Bahia, sobretudo em Salvador. E segundo Braga constituiu uma:

Peça importante na afirmação e consolidação da cultura negro-baiana, o Congresso permitiu também que, pela primeira vez, intelectuais e lideranças negras se unissem em defesa dos valores socioculturais afro-brasileiros. A importância desse Congresso, pelo que significou como ganho político, ainda não foi devidamente avaliado. As dificuldades encontradas pela participação de lideranças negras do porte da mãe de santo Aninha, do Axé do Opô Afonjá, e Martiniano Eliseu do Bomfim, líder religioso incontestável e com relevantes serviços prestados à cultura religiosa afro-baiana. (BRAGA, 1995, P.86)

Ainda que aquele momento constituísse um lugar de denúncia das desigualdades sociais, das perseguições aos candomblés, isso não inibiu o A Tarde que, além de fazer uma cobertura mínima do evento, ainda trouxe nas páginas do dia 15 do mesmo mês a notícia de uma batida policial intitulada *“Varejado o Candomblé de Pedro Telha”*. Ela diz que o delegado Antonio Mattos, da 1ª Circunscrição Policial, ao receber diversas denúncias do referido candomblé, ordenou *“uma batida na incommoda macumba”* que, orientado por um guia e com

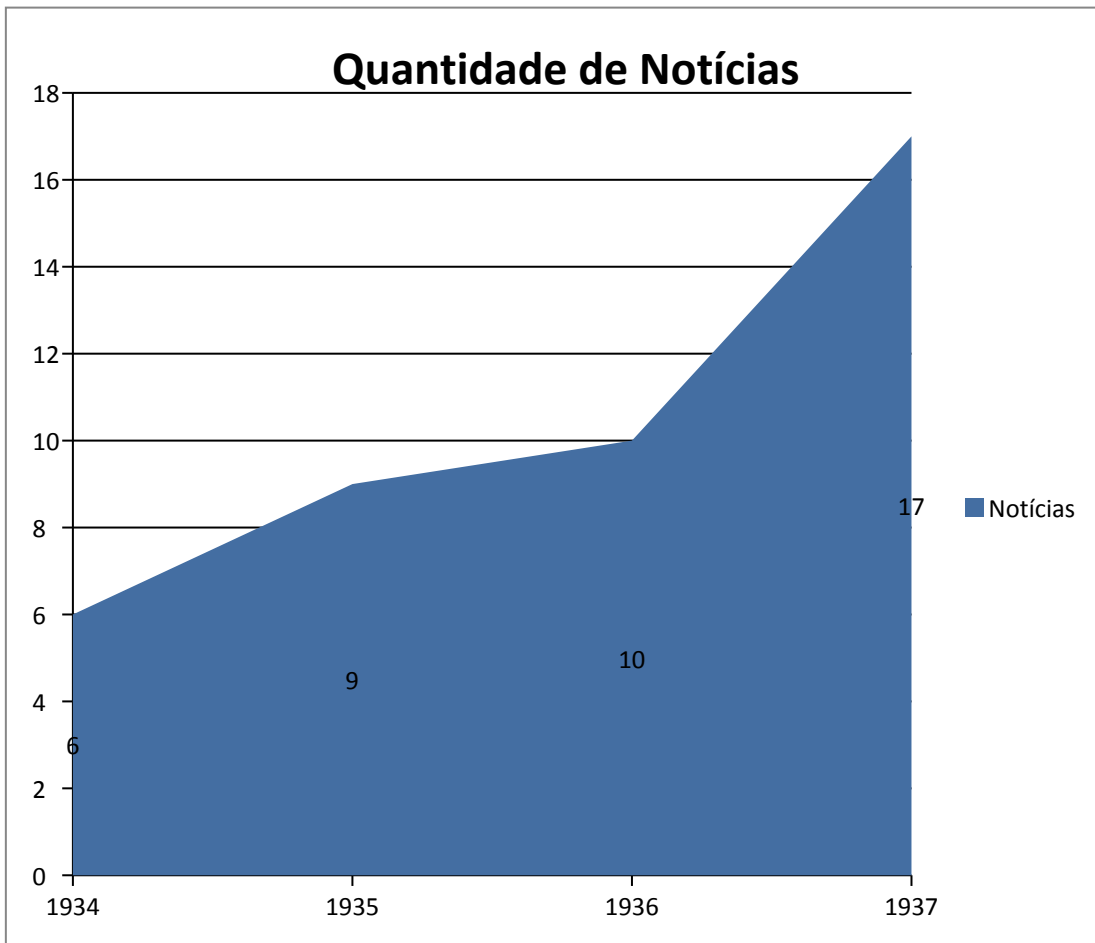
diversos praças, apreenderam diversos objetos de culto, levando o Pedro Telha preso, que em entrevista ao jornal diz que a denúncia foi feita por um pai de santo, o Antonio Oliveira, devido a desentendimentos entre eles. O que nos leva a perceber que, por parte da polícia, uma diferenciação em relação às casas e aos líderes de candomblés, bem como o cenário das perseguições está repleto de nuances.

3.4. “O BATUQUE IA QUENTE”

No momento onde se destaca um processo de reabilitação²⁹ do candomblé, indo para o campo da cultura, e onde a discussão referente ao negro se insere no campo da ciência, a perseguição aparece de maneira mais incisiva no A Tarde. Pesquisadores apontam que o auge das perseguições estão entre os anos de 1920 a 1930, no entanto durante as pesquisas no jornal, tenho identificado um grande número de notícias entre os anos de 1930 a 1937, somados ao todo 59 notícias em que aparece o termo candomblé com um número maior entre os anos 1936 e 1937. No quadro abaixo temos a distribuição da quantidade de notícia entre os anos que vai do primeiro ao segundo Congresso Afro-brasileiro realizado, respectivamente, em Recife e Salvador.

Gráfico 3 – Quantidade de Notícias

²⁹ Termo utilizado pelos letrados da época.



Em se tratando das notícias de 1937, sua distribuição entre os anos pesquisados não acontece de forma homogênea, bem como as localidades diminuem em relação ao quadro apresentado no primeiro capítulo desta dissertação, onde o número de localidade é bem maior e apresenta diversas regiões da cidade. Já neste último, a maioria das localidades corresponde a regiões mais periféricas da cidade de Salvador, como é possível perceber nos quadros apresentados abaixo:

Tabela 3 – Distribuição das notícias

do A Tarde no ano de 1937.

Distribuição das Notícias do A Tarde no ano de 1937	
Mês	Quantidade
Janeiro	2
Fevereiro	1
Março	4
Abril	3
Maio	-
Junho	-
Julho	-
Agosto	4
Setembro	-
Outubro	-
Novembro	1
Dezembro	2

Tabela 4 – Localidades que aparecem nas notícias.

LOCALIDADES QUE APARECEM NAS NOTÍCIAS
Alto do candomblé
Alto do formoso
Caixa D'agua
Engenho Velho
Lapinha
Quinta da Barra
Rua do Tijolo

Durante o ano de 37, as notícias continuam apresentando discursos pejorativos acerca do Candomblé. Apresentam notícias de batidas policiais, de crimes, onde os envolvidos pertencem a candomblés, sobre o congresso Afro, de caráter literário como o caso de O Feiticeiro, de Xavier Marques, que apresentaremos melhor a seguir, e, sobretudo, de denúncias como a apresentada abaixo:

QUE CANDOMBLE'!...

Com distas á policia de costumes

Pedem-nos familiares residentes á rua do Imperador e Largo dos Mares, chamemos a ettenção da policia de costumes, para um candomblé existente na Avenida Arthur Santos. Porão n. 17, que não deixa os moradores locais consillarem o sonno, tal a barulheira infernal dos atabaques e os palavriados de baixo calã, que serve de comentário ás praticas selvagens do ritual negrista. (A Tarde, 13/04/1937)

Na notícia acima, podemos identificar o posicionamento do A Tarde diante das denúncias feitas por populares ao jornal. No primeiro capitulo identificamos que as diversas colunas (QUEIXAS DO POVO, VENHO ME QUEIXAR E QUEIXAS E RECLAMAÇÕES) evidenciavam que tal notícia era um apelo tão e somente da população e o jornal tinha a intenção de se abster da responsabilidade, sobretudo, nos seus primeiros anos de vida. Ao longo da década de 30 e em 37, o jornal além de comunicador, é chamado a resolver o problema como já apresentado em outra notícia, nesse mesmo capítulo. Uma permanência no discurso dos jornais da década de 30, semelhante aos da década de 20, apontado por Júlio Braga no seu recente trabalho Candomblé: A cidade das mulheres e dos homens:

O discurso continuou a consolidar o recrutamento da repressão policial aos candomblés, que havia alcançado o auge da brutalidade nos anos 20, permanecendo comprometido com interesses da classe dominante. Afro-brasileira, e o povo de santo continuou a ser representado nos jornais como marginal, em passe o esforço de Edson Carneiro, Á ydano do Couto Ferraz e tantos outros estudiosos envolvidos na luta. (BRAGA, 2014, p.54)

Em fevereiro de 1937, o periódico começa a trazer diariamente parte do livro O Feiticeiro, de Xavier Marques. Um baiano de Itaparica, nasceu em 3 de dezembro de 1861, onde permaneceu durante os estudos primários e depois mudou para Salvador, onde fez o curso de Humanidades. Passou a atuar como jornalista, publicando versos no Jornal de Notícias e em 1885 passou a ser redator. Deste então, sua carreira deslançou e passou por diversos jornais. Foi funcionário da

Assembleia Legislativa da Bahia, em que, após vinte anos, se aposentou, mas seguiu sempre trabalhando em jornais no mesmo período. Só deixou o jornalismo quando foi nomeado redator-chefe do Partido Republicano Democrático da Bahia (PRD), em 1919, por J. J. Seabra. Participou ativamente da política a partir de 1915, conquistou cadeira na Academia de Letras da Bahia e na Academia Brasileira de Letras, escreveu diversos romances como Boto e companhia (romance, 1897), O sargento Pedro (romance, 1910), Cultura da língua nacional (filologia, 1933) e entre outros, vindo a óbito em 20 de outubro de 1942, na Cidade de Salvador.

No dia 24 de fevereiro do ano acima referido, o jornal inicia falando sobre o trabalho de Marques e anunciando que trará a publicação em suas páginas como demonstra o trecho da notícia transcrita abaixo:

O FEITICEIRO

POR XAVIER MARQUES

Do romance O FEITICEIRO, cuja ultima edição se acha esgotada, obtivemos o direito do seu actor, o eminente romancista Xavier marques, a uma reedição na colunas de “A Tarde”, para os notios as acenas, os costumes, a vida familiar e social da meio legitimamente baiano, em época que corresponde ao fim do antigo remimen. Citado em obras de actualidade setentifica, – O NEGRO BRASILEIRO” de Arthur Ramos, “A influencia Africana no Portuguesz de Brasil” de Renato Mendonça, e outras, O FEITICEIRO tornou-se também actual pelo interesse que hoje despertam os estudos afro-brasileiros. (A Tarde, 24/02/1937)

Apesar de reconhecer a importância da obra de Xavier, bem como a de outros autores, e o quanto ela pode contribuir com as discussões acerca do negro na Bahia e no Brasil para aquele cenário, em linhas abaixo o periódico deixa explícito o seu preconceito e posicionamento referente ao candomblé quando diz: “Neste romance pode-se apreciar o que era um candomblé autenticamente africano, bem diferente das patacoadas do presente desfigurado por supostos elementos caboclos.” (A Tarde 24/02/1937). Contudo, o trabalho de Xavier, que bebeu muito dos trabalhos de Nina Rodrigues, recebeu diversas críticas³⁰ de Arthur Ramos.

O romance *O FEITICEIRO*, escrito em 1890, conta a história de Eulália, cunhada do Ogã Paulo Boto, que vivia uma angústia por ter recorrido aos rituais de candomblé para resolver problemas sentimentais. Girando em torno desses dois personagens, o romance segue apresentando a Bahia a partir da regionalidade, a partir de uma micro-história, trazendo também o cenário brasileiro e todos os problemas do império até as discussões acerca da nova República, dando ênfase às diversas transformações sociais, culturais, políticas e econômicas da época.

As intensas transformações apresentadas no romance são utilizadas como ponto comparativo pelo jornal, ao justificar a necessidade de publicá-lo, apesar de trazer uma visão estereotipada e acabar por reforçar a perseguição, uma vez que a Bahia, no contexto de 1937, também vinha passando por uma série de transformações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

³⁰ A sintonia de *O feiticeiro* com a etnografia sobre o negro, à moda Nina Rodrigues não passou despercebido pela análise de Arthur Ramos, responsável por republicar em texto do seu mestre, o já citado *O Animismo Fetichista dos negros baianos*, em 1935.⁶⁰ Repudiando qualquer explicação biologizante dos comportamentos sociais, faz a revisão crítica, ao mesmo tempo em que divulga a obra de Nina Rodrigues, o primeiro intelectual a fazer pesquisas acadêmicas sobre as populações negras, registrando hábitos, religião e doenças dos negros na Bahia, em finais do século XIX. Começa a abordagem dos problemas da sociedade brasileira pelos efeitos da escravidão desestruturadora da cultura africana, acarretando efeitos desarticuladores, cultural e psiquicamente sobre os escravos recém-chegados ao Brasil e seus descendentes, constitutivos de importante segmento da população brasileira. (OLIVEIRA, 2013, p. 32)

O Jornal A Tarde e o Candomblé - enquanto um buscava mecanismos para se tornar um grande veículo de comunicação atento às transformações dos primeiros anos da República, e para tanto perseguia o outro, o outro (o Candomblé) seguiu criando mecanismos de negociação com uma sociedade que os marginalizava em virtude dos ideais higienistas e modernistas. Meire Reis destaca que, durante a década de 30, os jornais buscaram:

Elemento que aliás marcou a importância e o crescimento da imprensa foi a elevação do Candomblé a fato jornalístico digno de pesquisa. O Jornal A Tarde foi o que mais se utilizou deste recurso. O ideal era estar em todos os cantos da cidade, observando o que acontecia para flagrar e noticiar de forma exclusiva. Até aqui normalmente o jornal noticiava um fato a ele trazido, ou dava mais expressamente a sua opinião através dos editoriais. Com as reportagens iam às ruas atrás de informação sobre o mendigo, a vendedora insatisfeita com as Posturas Municipais e mais especificamente os candomblés. Preocupavam-se em descrever os cultos, conversar com as mães e pais-de-santo e levar conhecidos para apreciar o “espetáculo”. O Candomblé foi um grande campo de treinamento para este novo tipo de jornal. (REIS, 2000, p.123)

Perseguir os Candomblés foi um meio de se mostrar atento aos problemas da cidade, desde os primeiros anos de vida do jornal A Tarde que, ao longo das três décadas aqui estudadas, foi encorpendo seu discurso acerca do mesmo, pesquisando, procurando entender e apresentando um posicionamento diante das denúncias dos candomblés que incomodavam e diante das batidas policiais que reprimiam os representantes desta religião. Sobre a repressão Julio Braga destaca que:

A repressão policial aos cultos afro-brasileiros, sem dúvida, a mais cruel entre tantas tentativas de exclusão de valores culturais negro-africanos, ainda não havia merecido maior atenção dos estudiosos, muito menos os desdobramentos em termos de luta de afirmação de valores culturais negros numa sociedade que se pretendia herdeira de civilizações exclusivamente ocidental. (BRAGA 2005, p.38).

As variações sutis no discurso do A Tarde dizem respeito ao seu posicionamento político, de 1912 a 1937. O Brasil e a Bahia passaram por diversas transformações, sobretudo na política, e na sua maioria o jornal assumiu o lugar de um periódico de oposição, a exemplo das notícias referentes ao Congresso Afro-Brasileiro de 1937, apoiado pelo então governador Juracy Magalhães, em que o periódico traz em suas páginas, de maneira muito singular, se comparado com outros jornais.

Concluimos que o periódico fez o papel de um agente da perseguição em diversos momentos, onde ele se coloca contra a prática da religião e defende a ação da polícia, saindo da posição de um mero anunciador nos seus primeiros anos para um agente. E identificamos que a década de 30, momento onde se acreditava que a repressão havia amenizado, haja vista que a década de 20 é considerada por diversos pesquisadores como o auge da perseguição, foi um momento de grande repressão, mesmo que nesse período, as discussões acerca da religião e da cultura negra eram de interesse de diversos cientistas. E num processo de resistência frente a negociações com a sociedade, o candomblé, a partir dos congressos afros, começa a sair do campo das leis (de um lugar de perseguição) para o campo da cultura em um processo de inserção e reabilitação³¹.

REFERÊNCIAS

³¹ Termo usado pelos letrados da época.

Livros

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O Jogo da dissimulação**: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BARRETO, José de Jesus. **Candomblé da Bahia**: Resistência e identidade de um povo de fé. Salvador: Solisluna Design e Editora, 2009.

BASTIDE, Roger. **O Candomblé da Bahia**: rito nagô. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BRAGA, Julio. **Na Gamela do Feitiço**: Repressão e Resistência nos Candomblés da Bahia. Salvador: EDUFBA, 1995.

BRAGA, Julio. **A cadeira de Ogã e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

BRAGA, Julio. **Candomblé da Bahia**: a cidade das mulheres e dos homens. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares Africanos na Bahia**. Um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CARNEIRO, E. 1981. **Religiões Negras/Negros Bantos**. 2ª ed., Rio de Janeiro/Brasília, Civilização Brasileira/INL.

CASTILLO, Lisa Earl. **Entre a oralidade e a escrita**: a etnografia nos candomblés da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 1. Artes de Fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

COUTINHO, Amélia. Verbete: Hermes Lima. In: ABREU, Alzira Alves de (coord) et al. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. 2 ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV;CPDOC, p. 3.150-3.154, 2001.

SOARES, Emanuel Luis Roque. **As vinte e uma faces de Exu na filosofia afrodescendente da educação**. 1. ed. Rio de Janeiro: MC&G, 2014.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Salvador das Mulheres: Condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita**. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: 1994.

HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Revisada e Atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós, **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: brasiliense, 2003.

NASCIMENTO, Abdias. **O negro revoltado**. In: NASCIMENTO, Abdias do (org. e apresentação). O negro revoltado. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1968.

PARES, Luis Nicolau. **A Formação do Candomblé: história e ritual jeje na Bahia**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

PINTO, L. A. C. **O Negro no Rio de Janeiro: Relações de raças numa sociedade em mudança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. **A capoeira na Bahia de Todos os Santos**: um estudo sobre cultura e classes trabalhadoras (1890 – 1937). [Palmas]: NEAB, 2004.

PIERSON, Donald. **Branços e Pretos na Bahia**: Estudos de Contacto Racial. São Paulo: Editora Nacional. 1971.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, João José. **Domingos Sodré, um sacerdote africano**: Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Rodrigues, Nina. **Os Africanos no Brasil**. 8. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

QUERINO, Manuel. **Costumes Africanos no Brasil**. 2ª ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1988.

SANTOS, Edmar Ferreira. **O poder dos candomblés**: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2009.

SANTOS, Jocélio Teles dos (Coordenador); **Mapeamento dos terreiros de Salvador**. Salvador, Ufba, Centro de Estudos Afro-Orientais, 2008.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **Menininha do Gantois**: a sacralização do poder. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). Caminhos da alma. São Paulo: Selo Negro, 2002, p. 133-152. (Memória afro-brasileira, vol. 1).

SANTOS, Juanita Elbein dos. **Os Nágô e a Morte**: Pàde, Àsèsè e o Culto Égun na Bahia. Petrópolis: Vozes, 1986.

SHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão.

Racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SILVA, Carmem Oliveira da. **Memorial Mãe Menininha do Gantois**: Seleta do acervo. Salvador:Ed. Omar G, 2010.

TAVARES. Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 11 ed. rev. e ampl. – São Paulo: Ed. da UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Orixá: Deuses Iorubás na África e no Novo Mundo**. Salvador: Corrupio, 1997.

VIANNA FILHO, Luiz. **O Negro na Bahia**. 4 ed. Salvador: EDUFBA, 2008

Dissertação e Tese

CRUZ, Alessandra. **O Samba na Roda. Samba e cultura popular em Salvador 1937-1954**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.

LEITE, Rinaldo Cezar N. **E a Bahia Civiliza-se: Idéias de Civilização e Cenas de AntiCivildade em um Contexto de Remodelação Urbana. (1912-1916)**. Dissertação de Mestrado em História: UFBA, Salvador, 1996.

LIMA, Vivaldo da Costa. **A Família-de-Santo nos candomblés jeje-nagôs da Bahia: um estudo de relações intragrupais**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: Universidade Federal da Bahia: 1977.

MAGGIE, Yvonne. **Medo do Feitiço: Relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro**.Tese de Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional / UFRJ, 1988.

OLIVEIRA, Marcelo Souza. **XAVIERMARQUES ENTRE OS INTÉRPRETES DO BRASIL: RAÇA E NAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA**. Salvador: UFBA 2013.

REIS, Meire Lucia Alves dos. **A cor da Notícia**: discurso sobre o negro na imprensa baiana 1888 -1937. Salvador: UFBA, 2000.

Artigos e Revistas

COUTINHO, Amélia. Verbetes: Hermes Lima. In: ABREU, Alzira Alves de (coord) et al. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. 2 ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV;CPDOC, p. 3.150-3.154, 2001. Disponível em<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SIM%C3%95ES%20FILHO,%20Ernesto.pdf>>. Acesso em 27 de abril de 2016.

COUTO, Edilece Souza. Festejar os Santos em Salvador: **Regras Eclesiásticas e Desobediências Leigas** (1850-1930). Disponível em Acesso em: <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/edilece_souza_couto.pdf> 11 de abril de 2017

CASTILLO, L.E. **O terreiro do Gantois**: redes sociais e etnografia histórica no século XIX. Revista de História, n. 176, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/118842/132553>>. Acesso em: 30 ago. 2017

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937)**. In Revista Afro-Ásia, 21-22 (pp.239-256). Disponível em Acesso em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20968/13571>> 15 de janeiro de 2017.

JOLIVEIRA, Josivaldo Pires de. **Curandeirismo e saúde pública**: Poder e resistência cultural no interior da Bahia. Fundação Cultural Palmares.

Lei de imprensa em 22 de novembro de 1823. Disponível em Acesso em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-38888-22-novembro-1823-568100-publicacaooriginal-91489-pe.html> 11 de abril de 2017

LUHNING, Ângela. **Mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1942.** Revista USP, n 28.

NOGUEIRA, Barbara Santana. **O cerdo do “candomblé” de escolastica:** notícia de uma batida policial no terreiro do Gantois em 1926. In: congresso de história regional, 7; 2015, Maringá. Anais... Maringá: cih, 2015. P. 99 -107.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Majestades do oculto:** imagens de líderes religiosos negros na literatura dos oitocentos no Brasil. In: George Evergton Sales Souza; Gabriela dos Reis Sampaio; Lígia Bellini. (Org.). Ensaios de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, séculos XIV - XXI. 1 ed. Salvador, BA: EDUFBA e Corrupio, 2006, v. 1, p. 1-369.

SILVEIRA, Renato da. **Do Calundu ao Candomblé.** Revista de História. Disponível em<<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/do-calundu-ao-candomble>. Acesso em 25 de abril de 2016.

IBGE. Disponível em<<http://ibge.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=292740&search=bahia|salvador|infograficos:-historico>> 18 de janeiro de 2017.